

Manual de Participação e Proposta da Administração Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data: 29 de abril de 2022
Horário: 9h

SUMÁRIO

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO	3
EDITAL	5
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	7
1. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	7
2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	32
3. ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	38
3.1. CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR	39
3.2. CANDIDATO INDICADO PELO ACIONISTA MINORITÁRIO	47
3.3. CANDIDATO ELEITO PELOS EMPREGADOS DO BRB – BANCO DE BRASÍLIA	48
4. ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	50
4.1. CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR	50
4.2. CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA MINORITÁRIO	60
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	65
1. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES	65
2. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	83

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Em conformidade com o disposto pela Instrução CVM nº 622/2020 e nos artigos 4º, 5º e 21- C da Instrução CVM nº 481/2009, em função da pandemia da Covid-19, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGO/E”) do Banco de Brasília S.A (“BRB” ou “Banco”), previstas para as **09 horas do dia 29 de abril de 2022** será realizada de **modo exclusivamente digital**, podendo os acionistas participarem dos trabalhos da AGO/E e votarem nas matérias objeto da ordem do dia por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia através da plataforma Zoom, conforme as instruções a seguir apresentadas.

Para participação e voto nas Assembleias Gerais do BRB, previstas para o dia **29 de abril de 2022**, os Acionistas deverão enviar ao BRB, com **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da realização da AGO/E**, ou seja, até o dia **27 de abril 2022**, correio eletrônico para ri@brb.com.br, contendo sua solicitação e eventual documento que deseje apresentar pertinente à pauta da Assembleia, juntamente com a cópia da documentação abaixo especificada, conforme o caso:

a) Pessoa Física:

- i. Documento de identidade com foto e, no caso de titulares de ações escriturais ou em custódia, comprovante expedido pela instituição financeira depositária;
- ii. Em caso de representação por procurador: além dos documentos elencados no item “i”, enviar também o documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração (as procurações outorgadas na forma eletrônica pelos acionistas aos seus representantes deverão utilizar certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil).

b) Pessoa Jurídica:

- i. Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- ii. Documento de identidade com foto do representante legal.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: Carteira ou Cédula de Identidade, Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Passaporte ou Carteira de Identidade Profissional expedida pelos conselhos de profissionais liberais ou entidades congêneres. Excepcionalmente, para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária previstas para o dia **29 de abril de 2022**, o BRB dispensa a apresentação de cópia autenticada dos documentos.

Será respondido ao Acionista que tenha cumprido com os requisitos apresentados, o e-mail de sua solicitação, contendo as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na Assembleia. Os Acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo definido pelo BRB não poderão participar virtualmente da AGO/E.

O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação na AGO/E e não tenha recebido do BRB o e-mail com as instruções para acesso e participação até o final do dia **27 de**

abril de 2022, deverá entrar em contato com o BRB entre 09:00 horas e 17:00 horas do mesmo dia, pelo telefone (61) 3409-2085, a fim de que lhe sejam reenviadas as instruções para acesso.

O Acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pelo BRB, será considerado presente na AGO/E (podendo exercer seu direito de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009.

O Acionista participante da assembleia deverá manter, durante toda a duração da reunião, o seu vídeo aberto, sendo esse requisito obrigatório para sua participação. O BRB recomenda, ainda, que os acionistas que solicitem sua participação se familiarizem previamente com o uso da plataforma Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio) e adequabilidade desse dispositivo para leitura de documentos em tela.

O BRB não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (como, por exemplo, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do seu equipamento com a ferramenta Zoom).

Adicionalmente, o BRB solicita aos acionistas que acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO/E, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas.

EDITAL

BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A
CNPJ: 00.000.208/0001-00
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB – Banco de Brasília S/A convida os senhores Acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas de modo exclusivamente digital, por meio da disponibilização de sistema eletrônico, às **09 horas** do dia **29 de abril de 2022**, com a seguinte ordem do dia:

1 - Quanto à Assembleia Geral Ordinária:

- a)** tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, para deliberação, contas, balanço, demonstrações financeiras, pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes e resumo do relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31-12-2021;
- b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2021 e a distribuição dos dividendos;
- c)** deliberar sobre o pagamento de dividendos à Reserva para Margem Operacional, constituída até o ano de 2019, conforme dispõe a Lei 6.404/1976;
- d)** eleger os membros do Conselho de Administração;
- e)** eleger os membros do Conselho Fiscal.

2 - Quanto à Assembleia Geral Extraordinária:

- a)** deliberar sobre proposta de remuneração global dos administradores do BRB-Banco de Brasília S.A.;
- b)** deliberar sobre proposta de fixação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal.

Instruções Gerais

Em decorrência da pandemia do COVID-19, conforme autorização pela Lei nº 14.030, de 28/06/2020, e pela Instrução CVM nº 481/2009 e alterações posteriores, além da participação de voto a distância por meio da B3 S.A – Brasil, Bolsa Balcão, o BRB – Banco de Brasília S/A disponibilizará plataforma digital para que os acionistas possam participar das Assembleias Gerais e exercer o seu direito de voto.

Para participação e deliberação na Assembleia Geral, os acionistas devem observar as orientações dispostas no documento “Manual de Participação e Proposta da Administração”, disponível no site de Relações com Investidores do BRB, na seção “Documentos de Assembleias” (<https://ri.brb.com.br/informacoes-aos-investidores/documentos-cvm>), assim como as dispostas a seguir:

a) Excepcionalmente será dispensado o depósito dos instrumentos de mandatos na sede do BRB - Banco de Brasília S/A. Os instrumentos de procuração, de identificação e comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade serão recebidos por meio do endereço eletrônico ri@brb.com.br em até 2 (dois) dias úteis antes da realização das Assembleias.

b) A participação remota ocorrerá mediante cadastramento prévio realizado até o dia **27 de abril 2022**, que deve ser solicitada ao endereço eletrônico ri@brb.com.br.

c) Em conformidade com a Instrução nº 165/1994 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), será de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo do capital votante para requerimento da adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração. O requerimento deverá ser formulado ao Presidente do Banco de Brasília até 48 horas antes da Assembleia.

d) Caso opte pelo voto a distância, até o dia **22-04-2022** (inclusive), deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o boletim de voto a distância para o endereço eletrônico ri@brb.com.br, conforme procedimentos descritos no Boletim e disponibilizado pelo banco. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009.

e) A documentação relativa às propostas a serem apreciadas está disponível na sede do BRB – Banco de Brasília S/A, na Gerência de Relações com Investidores, no 13º andar do Centro Empresarial CNC - ST SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre C – Brasília/DF, na página de relações com investidores (<http://ri.brb.com.br>) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm>) na rede mundial de computadores.

Brasília – DF, 30 de março de 2022.

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Em atendimento ao artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09, são apresentadas as informações que compõem o Item 10 do Formulário de Referência, com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os demais documentos mencionados no artigo 9º ICVM 481/09 foram arquivados na CVM, via sistema Empresa.Net, por ocasião da divulgação do resultado do BRB – Banco de Brasília S.A., em 25 de fevereiro de 2022 e disponibilizados no site de Relações com Investidores do Banco (<http://ri.brb.com.br>).

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Banco apurou um Lucro Líquido de R\$ 607,7 milhões em 2021, resultado 35,2% superior ao registrado no ano de 2020, em que apresentou o Lucro de R\$ 449,6 milhões.

O resultado de 2021, superior ao apresentado em 2020, é justificado, principalmente, pelo aumento das Receitas de Operações de Crédito (21,2%), das Receitas de Prestação de Serviços (15,05%), das parcerias fechadas para corretagem de seguros e investimentos e da venda de ativos não estratégicos. O retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 26,5%, superior à média de mercado.

No exercício de 2020, o lucro alcançou o valor de R\$ 418,8 milhões, 7,3% superior ao valor apurado em 2019, proporcionando um retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) de 24,5%, em 2020.

O crescimento apresentado entre 2019 e 2020 foi decorrente do aumento no Resultado de Intermediação (11,3%), com expansão nas Receitas de Operações de Crédito (11,1%), além do incremento das Receitas de Prestação de Serviços (27,3%).

Registra-se que o lucro por ação do BRB Consolidado aumentou de R\$ 1,25, em 2020, para R\$ 1,69, em 2021. Em 2019, o valor foi de R\$ 1,15.

Os Ativos Totais do BRB atingiram R\$ 31,7 bilhões no fim do exercício de 2021, saldo 24,9% superior a 2020. Na comparação entre os anos 2020 e 2019, o BRB encerrou 2020 com R\$ 25,4 bilhões de Ativos Totais contra R\$ 17,0 bilhões em 2019, representando uma elevação de 49,1%.

Na comparação entre 2021 e 2020, a evolução dos Ativos decorreu, principalmente, pelo crescimento nas Operações de Crédito, com incremento de R\$ 5,6 bilhões, cujo montante atingiu

R\$ 21,7 bilhões em relação a 2020, reflexo do incremento do saldo em todas as carteiras de crédito, demonstrando a diversificação dos negócios e foco em vários eixos de atuação. Tal movimento também ocorreu no período anterior (comparativo entre 2020 e 2019), com expansão das operações de crédito em 46,5%.

O crédito imobiliário permanece em expansão, com aumento de 82% (4T21x4T20), atingindo a liderança no *market share* do DF pelo segundo ano consecutivo. Entre 2020 e 2019, o crescimento da Carteira de Crédito foi impulsionado pelo esforço para reposicionamento do Banco, por meio da reformulação e oferta de novos produtos e serviços, como o financiamento de lotes urbanos.

A inadimplência total, considerando o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 2,47% em dezembro de 2021 ante 1,68% no mesmo período de 2020.

O movimento decorre da expansão da carteira em linhas de maior margem e maior risco, além da diversificação da base para além dos servidores do GDF. Destaca-se que os *ratings* de menor risco, AA – C, permanecem com participação de 95,6% na carteira. As operações de crédito consignado, crédito pessoal voltado para servidores públicos e crédito imobiliário totalizam 66,9% da carteira de crédito do Banco.

O índice de endividamento (passivo circulante + passivo não circulante / patrimônio líquido) encerrou 2021 em 11,2, contra 11,8 em 2020 e 8,7 em 2019. Justifica-se a evolução do índice apurado em 2020 pelo crescimento em maior proporção do Patrimônio Líquido (31,5%) em relação ao Passivo (25,3%).

No que se refere aos Depósitos Totais, o Banco registrou um total de R\$ 19.035 milhões, em 2021, contra R\$ 16.688 milhões em 2020, o que corresponde a uma elevação na ordem de 14,1%.

Entre 2019 e 2020, os Depósitos Totais cresceram 43,0%, com destaque para poupança e depósito a prazo. O estoque dos Depósitos Totais em 2019 foi de R\$ 11.672 milhões.

As captações institucionais mantiveram-se alinhadas com a estratégia do Banco, realizando a ampliação de captação no varejo e mantendo menor dependência de depósitos do Governo e de investidores institucionais, com foco na manutenção de uma estrutura de financiamento equilibrada e com capacidade de atender satisfatoriamente às necessidades de liquidez e rentabilidade.

b. Estrutura de capital

Capital de terceiros

As Captações Totais encerraram o exercício com R\$ 24,1 bilhões, o que representa elevação de 26,8%, em relação a 2020, e de 88,6%, em relação a 2019. Os depósitos totais atingiram R\$ 19,0 bilhões, em dezembro de 2021, o que representa um incremento percentual de 14,1% e 63,1%, em relação a 2020 e 2019, respectivamente.

Conforme apresentado na tabela a seguir, observa-se que em 2020 os Depósitos representavam 87,5% das Captações Totais, percentual este que decresceu para 78,2%, em 2021, em decorrência do incremento observado, principalmente, nas Letras de Crédito Imobiliário.

Captações (R\$ mil)	2021	% Captação Total	2020	% Captação Total	2019	% Captação Total
A – Depósitos à Vista	1.312.817	5,4%	1.146.260	6,0%	779.722	6,1%
B – Depósitos em Poupança	2.830.924	11,7%	2.545.621	13,3%	2.057.390	16,0%
C – Depósitos Interfinanceiros	952.389	3,9%	993.813	5,2%	0	0,0%
D – Depósitos a Prazo	13.911.651	57,5%	11.980.223	62,8%	8.833.801	68,9%
E - Outros Depósitos	27.647	0,1%	22.163	0,1%	1.246	0,0%
Depósitos Totais (A+B+C+D+E)	19.035.428	78,7%	16.688.080	87,4%	11.672.159	91,0%
F – Letra de Crédito Imobiliário	2.717.115	11,2%	225.633	1,2%	204.501	1,6%
G – Op. Compromissadas	1.335.234	5,5%	317.826	1,7%	323.169	2,5%
H – Letras Financeiras + Letras Financeiras Subordinadas	1.094.542	4,5%	1.845.039	9,7%	621.661	4,8%
Captação Total (A+B+C+D+E+F+G+H)	24.182.319	100,0%	19.076.579	100,0%	12.821.490	100,0%

Capital Próprio

Ao final de 2021, o Patrimônio Líquido – PL do BRB alcançou o valor de R\$ 2,6 bilhões, apresentando crescimento de 31,5% em relação ao exercício de 2020 e de 49,7% em relação a 2019.



Valor patrimonial por ação:

Ano	PL (em R\$ mil)	Valor patrimonial por ação	Qtd. Ações
2014	1.165.306	3,21	363.046.500
2015	1.099.899	3,03	363.046.500
2016	1.174.156	3,23	363.046.500
2017	1.263.549	3,48	363.046.500
2018	1.365.094	3,76	363.046.500
2019	1.737.325	4,79	363.046.500
2020	1.977.936	5,45	363.046.500
2021	2.601.551	7,17	363.046.500

O Capital Social do BRB apresentou a evolução demonstrada abaixo. O Governo do Distrito Federal é o acionista majoritário com 75,44% das ações do Banco.

Ano	Capital Social (em R\$ milhões)
2014	860,5
2015	900
2016	900
2017	900
2018	900
2019	900
2020	1.300
2021	1.466

A tabela abaixo detalha a composição do Patrimônio de Referência ("PR") do Conglomerado BRB, segregado em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II, considerando suas respectivas deduções e ajustes prudenciais, conforme estabelecido nos normativos vigentes. Houve um crescimento de 42,30% no PR em 2021, quando comparado a 2020, impulsionado pelo resultado líquido do período e pelas emissões de novas Letras Financeiras Subordinadas.

	2021	2020	2019
Nível I	2.533.227	1.809.360	1.494.555
Capital Principal	2.279.194	1.759.543	1.494.555
Capital Social	1.300.000	1.464.935	1.063.070
Reservas de Capital, Reavaliação e Lucros	1.258.695	881.913	997.618

Sobras ou Lucros Acumulados	-	-	-
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	(123.466)	(203.978)	(160.292)
Ajustes Prudenciais previstos na Resolução CMN nº 4.192/13	(156.034)	(383.328)	(405.840)
Capital Complementar	254.032	49.818	-
Nível II	322.653	197.635	172.974
Autorizados com base em normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/13	-	-	-
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13	322.653	197.635	172.974
Patrimônio de Referência (PR)	2.855.879	2.006.995	1.667.529

O montante dos ativos ponderados pelo risco – RWA representa os riscos assumidos pela Instituição referente às exposições aos riscos de crédito (RWACPAD), de mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD) das atividades a que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central estão expostas. A tabela abaixo apresenta a composição do RWA do Conglomerado Prudencial BRB.

O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco, ao final de 2021, totalizou R\$ 17,9 bilhões, crescendo 30,85% (R\$ 4,2 bilhões) em relação ao mesmo período de 2020. O crescimento apresentado na parcela do risco de crédito de R\$ 4,0 bilhões em 2021, quando comparado a 2020, é justificado pelo aumento do volume das operações de crédito, dos empréstimos consignados e dos financiamentos imobiliários.

	2021	2020	2019
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.959.608	13.724.855	10.232.980
RWACPAD Exigência de Capital para Risco de Crédito	16.835.024	12.842.681	9.318.818
(RWA _{JUR} , RWA _{ACS} , RWA _{COM} e RWA _{CAM}) Exigência de Capital para Risco de Mercado	35.865	14.517	49.978
RWAOPAD Exigência de Capital para Risco Operacional	1.088.719	867.656	864.184
Parcela R_{BAN} - Risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB)	393.859	474.966	45.083

Em dezembro/2021, o Índice de Basileia, indicador que demonstra a solvência da instituição financeira, atingiu 15,90%, com aumento de 1,28 p.p. em relação a dezembro/2020. O aumento verificado reflete o crescimento do Patrimônio de Referência proporcionalmente maior ao total de ativos ponderados pelo risco.

	2021	2020	2019
Patrimônio de Referência (PR) Nível I	2.533.227	1.809.360	1.494.555
Capital Principal	2.279.194	1.759.543	1.494.555
Capital Complementar	254.032	49.818	-
Patrimônio de Referência (PR) Nível II	322.653	197.635	172.974
Patrimônio de Referência (PR)	2.855.879	2.006.995	1.667.529
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	17.959.608	13.724.855	10.232.980
Valor Correspondente a R_{BAN} (IRRBB)	393.859	474.966	45.083
Índice de Capital Principal (ICP)	12,69%	12,82%	14,61%
Índice de Nível I (INI)	14,11%	13,18%	14,61%
Índice de Basileia (IB)	15,90%	14,62%	16,30%

O Índice de Imobilização mede a relação entre o ativo permanente da Instituição e o seu PR ajustado. O BRB está dentro do limite máximo de 50% do Patrimônio de Referência Ajustado determinado pelo Banco Central.

	2021	2020	2019
Índice de Imobilização	5,24%	8,65%	11,62%
Margem para o Limite de Imobilização	1.278.368	829.966	640.019

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A área financeira do BRB faz a gestão do caixa de forma a manter o volume de recursos na Tesouraria em patamares de segurança estabelecidos pelo Conselho de Administração, considerando os índices e limites monitorados pela Área de Gestão de Riscos. A gestão do risco de liquidez, adota dois horizontes temporais para o acompanhamento da capacidade da Instituição de honrar suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras: até 90 dias e a partir de 91 dias, denominados de curto e de longo prazos, respectivamente.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo, adota-se metodologia que estima o montante mínimo necessário de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer em um horizonte de 30 dias, complementada com a projeção de fluxo de caixa para 90 dias, que compreende a previsão das entradas e saídas de recursos via operações com ou sem vencimento definido.

Para o gerenciamento de liquidez de longo prazo, o BRB aplica a metodologia *Asset Liability Management* (ALM), com o objetivo de avaliar descasamentos estruturais de volume e de prazo entre pagamentos/recebimentos, contribuindo para assegurar a sustentabilidade dos compromissos financeiros assumidos pelo BRB.

A posição líquida resultante do detalhamento do fluxo de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2,6 bilhões.

Composição do fluxo de caixa – Dez/2021
(Em R\$ mil)

Ativo		
Composição	Valor Contratado	%
Crédito	21.781.476.035	73,95%
Câmbio	20.543.356	0,07%
Cauções Judiciais	165.430.275	0,56%
Depósito Compulsório	783.414.226	2,66%
Dinheiro espécie em Caixa	142.005.586	0,48%
Títulos e Valores Mobiliários*	6.559.599.136	22,27%
Total Ativo	29.452.468.614	100,00%

(*) Ações, fundos, títulos públicos e privados, Operações Compromissadas, Depósitos Interfinanceiros.

Passivo		
Composição	Valor Contratado	%
CDB	10.450.049.291	38,85%
Arrecadações a repassar	14.163.221	0,05%
Dep. Judicial	3.136.040.111	11,66%
DI	1.271.712.445	4,73%
Obrigações por repasse	807.568.667	3,00%
Passivo Atuarial	294.063.685	1,09%
Poupança	2.830.923.806	10,52%
Depósito à Vista	1.319.349.762	4,90%
Títulos e Valores Mobiliários**	6.774.701.044	25,19%
Total Passivo	26.898.572.032	100,00%

(**) Letras Financeiras, Operações Compromissadas, LCA, DPGE, LCI, LFS.

Posição Total - 31/12/2021	2.553.896.582
-----------------------------------	----------------------

O Índice de Gap verifica o enquadramento da liquidez no longo prazo em relação aos seus vencimentos. Esse indicador é resultado da metodologia na qual se divide o prazo médio do passivo pelo prazo médio do ativo, com base no fluxo de caixa projetado. Assim, para que o valor obtido seja considerado adequado, tal indicador deve ser maior ou igual ao limite mínimo. Nos últimos três anos, o Índice de Gap (Prazo Médio Passivo/Prazo Médio Ativo) demonstrou que a situação de liquidez de longo prazo do BRB permaneceu em níveis adequados. Em 2020 e em 2021, diante do cenário pandêmico, o BRB adotou medidas que mantiveram o indicador em patamares confortáveis, não comprometendo, assim, o crescimento estabelecido dos negócios para o período.

O fluxo de caixa das operações ativas é composto, basicamente, por operações de crédito e aplicações em títulos públicos e privados. Já o fluxo de caixa das operações passivas compreende a captação do BRB, que atualmente é realizada, principalmente, via CDB, depósito judicial, poupança, depósito à vista, LCI, LCA e letras financeiras.

Como a poupança, o depósito judicial e o depósito à vista são produtos de captação sem vencimento definido, para a alocação dos saldos desses produtos no fluxo de caixa projetado, utilizou-se os resultados obtidos em estudos econométricos sobre os comportamentos históricos associados. Através destes estudos, foram definidos o montante estável (parcela *core*) assim como o critério de alocação do saldo ao longo do tempo. Adotou-se a premissa de que o volume de resgates antecipados ocorrerá em escala similar àquela observada na série histórica.

Na visualização das informações, o fluxo de caixa é alocado resumidamente por meio do mapeamento por vértice, que é uma forma de padronização de informações. É a forma mais simples de sintetizar os dados, em que os vencimentos intermediários são alocados proporcionalmente em seu vértice anterior e posterior, conservando o valor original do fluxo de caixa. Essa forma foi sugerida inicialmente pela *Riskmetrics*, e é utilizada principalmente na alocação de fluxo de caixa para cálculo de volatilidades em diversos normativos do Banco Central do Brasil.

Além disso, os compromissos financeiros assumidos pelo BRB estão cobertos, em sua maioria, por depósitos a prazo e poupança. A tabela abaixo apresenta a segregação do total captado pelo BRB por tipo de captação:

(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31/12/2021		Em 31/12/2020		Em 31/12/2019	
	Saldo	Participação	Saldo	Participação	Saldo	Participação
Depósitos à Vista	1.334.451	5,20%	1.156.048	5,58%	784.724	5,98%
Depósitos em Poupança	2.830.924	11,02%	2.545.621	12,29%	2.057.390	15,69%
Depósitos Interfinanceiros	952.389	3,71%	993.813	4,80%	0	0,00%
Depósitos a Prazo	13.981.160	54,45%	12.086.902	58,36%	8.991.251	68,57%
Outros Depósitos	27.647	0,11%	18.841	0,09%	1.247	0,01%
Operações Compromissadas (Venda com Compromisso de Recompra)	1.335.234	5,20%	317.826	1,53%	323.169	2,46%
Letra de Crédito Imobiliário	2.717.115	10,58%	225.633	1,09%	193.748	1,48%
Letra de Crédito Agrícola	189.065	0,74%	91	0,00%	0	0,00%
Letras Financeiras	1.502.049	5,85%	766.193	3,70%	632.414	4,82%
Obrigações Emp/Repases	807.569	3,15%	2.599.433	12,55%	128.456	0,98%
Total Captado	25.677.604	100,00%	20.710.401	100,00%	13.112.399	100,00%

Fonte: Dific/Supla/Gegap

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas:

As fontes de financiamento utilizadas pelo BRB estão distribuídas entre depósitos de poupança e a prazo (alocados predominantemente de forma pulverizada e em clientes pessoa física), depósitos à vista, depósitos judiciais, letras de crédito e letras financeiras (inclusive

subordinadas), bem como novas linhas de captações autorizadas pelo Banco Central do Brasil (como a Linha Temporária de Liquidez – LTEL/Letra Financeira com Garantia – LFG).

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez:

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes são aquelas típicas de banco com carteira comercial, isto é, captações via Depósitos à Vista, Depósitos a Prazo, Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas.

Durante o período recente, observou-se um crescimento expressivo da carteira de crédito da Instituição, o que exigiu mais *funding* para suportar as liberações de recursos via empréstimos e financiamentos. Contudo, cumpre destacar que, mesmo diante desse maior requerimento de recursos para suprir a demanda por crédito, o volume de captações do BRB também cresceu, o que ajudou a manter um nível de liquidez suficiente para fazer frente às necessidades de capital de giro e investimentos do BRB.

Quando da necessidade de ampliação de fontes de financiamento, o BRB intensificou a captação via Depósitos a Prazo (Certificado de Depósito Bancário - CDB e Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE), via Letras de Crédito Imobiliário, Letras Financeiras (inclusive subordinadas), Depósitos Interfinanceiros e novas linhas de captações autorizadas pelo Banco Central do Brasil (tal como a Linha temporária de Liquidez – LTEL / Letra Financeira com Garantia - LFG).

Adicionalmente, destaca-se que o BRB dispõe de metodologia para acompanhamento diário dos seus níveis de liquidez, a qual contempla o monitoramento das reservas mínimas, dos índices de liquidez de curto prazo e das projeções do fluxo de caixa, compreendendo uma visão prospectiva do risco de liquidez e proporcionando a antecipação de eventuais condições adversas. Além disso, a área de risco, periodicamente, realiza simulações e executa testes de estresse para antever circunstâncias de escassez de recursos e para identificar eventuais vulnerabilidades do Conglomerado BRB, subsidiando a tomada de decisão pela Administração e, ainda, melhorando a preparação para o enfrentamento de cenários de turbulência.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Por se tratar de BRB múltiplo, que tem a maior parte de seu resultado proveniente da intermediação financeira, o BRB possui grande alavancagem quando comparado às empresas de outros setores econômicos, porém dentro dos padrões comuns ao segmento bancário e dentro dos patamares estabelecidos no Acordo de Basileia. A maior parte das dívidas do BRB é oriunda da emissão de títulos não subordinados, sendo as dívidas subordinadas destinadas principalmente ao reforço/manutenção do Patrimônio de Referência (PR). A captação de recursos de “livre utilização” é pulverizada entre clientes pessoa física e jurídica. Existe ainda uma parcela das dívidas do BRB distribuída entre captações com clientes institucionais (tais como instituições financeiras e fundos de pensão).

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

O BRB possui contratos com instituições financeiras públicas federais e com o Ministério do Turismo. Os contratos têm por objeto a atuação do BRB como instituição financeira autorizada a operar recursos de repasse do BNDES (contrato com o próprio BNDES), do FCO (contrato com o BB) e do Fungetur (contrato com o Ministério do Turismo), nos programas e linhas de financiamento ao setor produtivo.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As emissões de longo prazo são compostas por letras financeiras, inclusive subordinadas.

iii. grau de subordinação entre dívidas

As obrigações registradas no passivo exigível são ordenadas de acordo com a precedência, na possibilidade de concurso universal de credores, conforme a Lei nº 11.101/2005, que classifica os créditos, priorizando aqueles derivados da legislação do trabalho, seguidos pelos créditos com garantia real, e dos créditos tributários. As emissões das Letras Financeiras com cláusula de subordinação, descritas no item (ii), foram consideradas na composição do Capital de Nível I (quando são perpétuas) e do Capital de Nível II (quando têm vencimentos definidos), conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

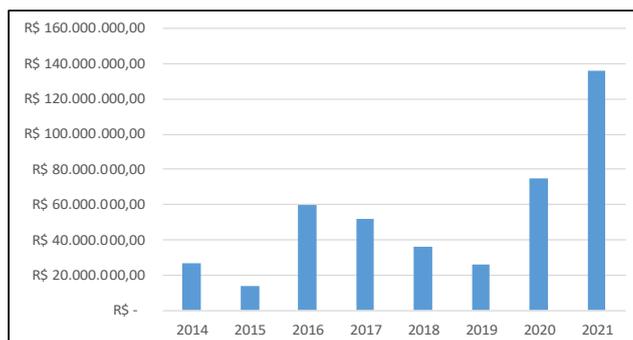
Quanto à captação de recursos, apenas a emissão de Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE possui a restrição imposta pela Resolução nº CMN 4.222/2013 e alterações posteriores. Conforme disposto no Estatuto Social do BRB, a distribuição dos dividendos corresponde a 25%, no mínimo, do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

FUNDO CONSTITUCIONAL DO CENTRO OESTE



ANOS	LIMITES	VALORES UTILIZADOS	%
2014	R\$ 66.208.406,26	R\$ 26.865.773,67	41%
2015	R\$ 85.000.000,00	R\$ 13.645.454,95	16%
2016	R\$ 85.000.000,00	R\$ 60.098.671,00	71%
2017	R\$ 85.000.000,00	R\$ 52.084.604,00	61%
2018	R\$ 85.000.000,00	R\$ 36.312.289,00	43%
2019	R\$ 120.000.000,00	R\$ 26.081.670,00	22%
2020	R\$ 120.000.000,00	R\$ 75.038.142,09	63%
2021	R\$ 195.000.000,00	R\$ 136.239.403,35	70%

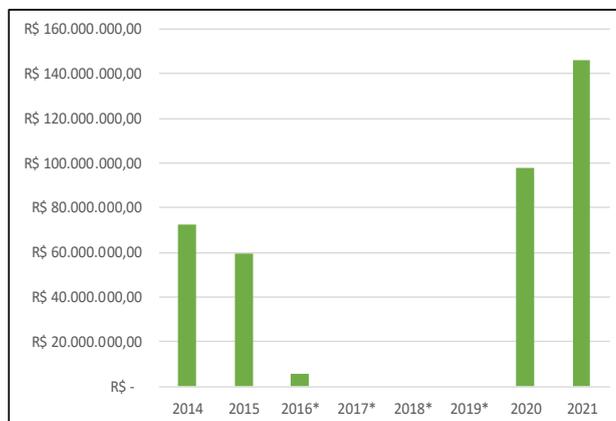


BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



ANO	LIMITES	VALORES UTILIZADOS	%
2014	R\$ 301.279.241,08	R\$ 72.307.017,86	24%
2015	R\$ 258.509.268,26	R\$ 59.457.131,70	23%
2016*	R\$ 80.087.427,57	R\$ 5.606.119,93	7%
2017*	-	-	0%
2018*	-	-	0%
2019*	-	-	0%
2020	R\$ 142.558.000,00	R\$ 97.771.630,21	69%
2021	R\$ 390.465.230,00	R\$ 146.050.529,07	37%

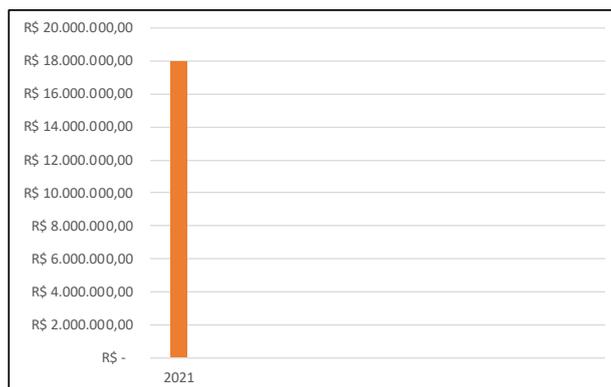
*Limite suspenso do 2º semestre/2016 até o 1º semestre/2020.



FUNDO GERAL DE TURISMO - FUNGETUR



ANO	LIMITES	VALORES LIBERADOS	%
2021	R\$ 521.197.500,00	R\$ 17.984.580,75	3%



h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Contas Patrimoniais

Ativo	2021	2020	2019	Δ 2020/2019	Δ 2021/2020
Disponibilidades	162.054	220.744	140.248	57,4%	-26,6%
Instrumentos Financeiros	29.480.982	23.451.044	15.365.291	52,6%	25,7%
Títulos e Valores Mobiliários	5.990.057	3.715.897	3.399.219	9,3%	61,2%
Operações de Crédito	21.709.051	16.126.013	11.001.383	46,6%	34,6%
Demais Instrumentos Financeiros	1.781.874	3.609.134	964.689	274,1%	-50,6%
Provisões p/ Perdas - Risco de Crédito	-924.615	-472.466	-396.948	19,0%	95,7%
Outros Ativos	1.594.584	1.387.748	1.198.984	15,7%	14,9%
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	-164	-150	-148	1,4%	9,3%
Créditos Tributários	651.910	524.629	525.891	-0,2%	24,3%

Investimentos Coligadas e Controladas	469.260	-	-	-	-
Imobilizado	275.596	238.413	209.508	13,8%	15,6%
Intangível	355.499	336.482	265.187	26,9%	5,7%
Depreciação e Amortização	-368.747	-312.022	-286.818	8,8%	18,2%
Ativo Total	31.696.359	25.374.422	17.021.195	49,1%	24,9%

Passivo	2021	2020	2019	Δ 2020/2019	Δ 2021/2020
Passivo Total	29.094.808	23.224.007	15.120.800	53,6%	25,3%
Instrumentos Financeiros	25.586.460	20.597.256	12.949.947	59,1%	24,2%
Depósitos	19.035.428	16.688.080	11.672.159	43,0%	14,1%
Captações no Mercado Aberto	1.335.234	317.826	323.169	-1,7%	320,1%
Outros Passivos Financeiros	5.215.798	3.591.350	954.619	276,2%	45,2%
Outras Obrigações	2.464.437	1.515.211	1.129.928	34,1%	62,6%
Passivo Atuarial	294.064	434.824	406.349	7,0%	-32,4%
Provisões	686.843	628.947	584.369	7,6%	9,2%
Outras Obrigações	63.004	47.769	50.207	-4,9%	31,9%
PL	2.601.551	1.977.936	1.737.325	13,8%	31,5%
Não Controladores	-	152.479	163.070	-6,5%	-
PL Administrado	2.601.551	2.150.415	1.900.395	13,2%	21,0%
Passivo Total + PL	31.696.359	25.374.422	17.021.195	49,1%	24,9%

Os Ativos do BRB Consolidado cresceram 86,2% entre 2019 e 2021, impulsionados pelo crescimento da carteira de crédito (97,33%), permitindo ao Banco ampliar seu *share*, crescendo mais que o mercado. Em 2021 a carteira do BRB atingiu R\$ 21,7 bilhões, crescendo 34,6% ante um crescimento de 16,3% do mercado de crédito como um todo.

O Passivo cresceu 92,4%, entre 2019 e 2021, permitindo fazer frente ao crescimento dos ativos, fornecendo *funding* adequado às operações de crédito. Esse crescimento é justificado, principalmente, pelo desempenho dos Instrumentos Financeiros, com incremento de 59,1% entre 2019 e 2020, e de 24,2% no comparativo de 2021 e 2020.

Com o intuito de alavancar a captação, pulverizá-la e garantir maior liquidez, nos três períodos, a Instituição buscou aumento na captação de varejo (Rede de Atendimento), com foco em depósito a prazo e letras de crédito imobiliário, a fim de reduzir o custo do *funding*.

O Patrimônio Líquido apresentou elevação de 13,8% entre 2019 e 2020 e crescimento de 31,5% entre 2020 e 2021. Destaca-se que houve aumento de capital entre 2020 e 2021, passando de R\$ 1,30 bilhão para R\$ 1,46 bilhão. Além disso, ocorreu o crescimento de 42% das reservas, as quais alcançaram o valor de R\$ 1,25 bilhão em 2021, ante R\$ 881 milhões em 2020.

Contas de Resultado

Demonstração de Resultados (R\$ mil)	2021	2020	2019	Δ 2020/2019	Δ 2021/2020
Receitas de Intermediação Financeira	3.464.232	2.823.023	2.677.938	5,4%	22,7%
Despesas da Intermediação Financeira	-1.648.779	-647.902	-724.802	-10,6%	154,5%
Resultado da Intermediação	1.815.453	2.175.121	1.953.136	11,4%	-16,5%
Outras Rec/Desp Operacionais	-1.578.127	-1.368.625	-1.241.267	10,3%	15,3%
Resultado Operacional	237.326	806.496	711.869	13,3%	-70,6%
Resultado Antes da Tributação	917.040	807.055	708.971	13,8%	13,6%
IR e CSLL	-140.740	-245.312	-184.835	32,7%	-42,6%
Participações no Lucro	-107.887	-75.089	-73.921	1,6%	43,7%
Lucro Líquido	607.712	449.599	418.836	7,3%	35,2%

No comparativo entre 2019 e 2021, as Receitas de Intermediação Financeira apresentaram elevação justificada pela expansão no volume das operações de crédito. Cabe também destacar que as Despesas de Intermediação Financeira apresentaram aumento decorrente da elevação da taxa básica de juros (Selic), a qual passou de 2,0% a.a. em 2020 para 9,25% a.a. ao final de 2021.

As despesas de intermediação financeira tiveram aumento de 154,5% em 2021, quando comparado ao ano anterior. Tal aumento foi decorrente do crescimento de 127,8% na despesa de captação, que passou de R\$ 411,1 milhões em 2020 para R\$ 936,6 milhões em 2021. A variação na despesa captação foi causada pelo aumento da Taxa Selic ao longo de 2021.

Destaca-se, ainda, o aumento na despesa de provisão que evoluiu de R\$ 232,4 milhões em 2020 para R\$ 672,8 milhões em 2021. Ressalta-se, porém, que, diante de um ambiente econômico desafiador para 2022 e frente ao comportamento de determinadas safras e ninhos de crédito, foi realizada provisão adicional em dezembro/2021, no valor de R\$ 303,5 milhões.

Essa provisão resulta do agravamento de *ratings* que ocorreu em carteiras específicas do varejo e em operações de Pessoa Jurídica que se encontram no período de carência e podem, em função das incertezas no cenário macroeconômico de 2022, vir a apresentar problema no fluxo de pagamentos futuros, conforme premissas da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Em 2021, Outras Receitas/Despesas Operacionais tiveram resultado negativo superior ao de 2020, justificado pelo incremento das rubricas das Outras Despesas Administrativas (22,7%), Outras Despesas Operacionais (13,1%) e Despesas de Pessoal (11,7%). O aumento das Receitas de Prestação de Serviços, no montante de R\$ 80,8 milhões, não foi suficiente para compensar o desempenho das demais receitas/despesas.

No que se refere às Outras Despesas Operacionais, pela sua relevância no Resultado Operacional, destaca-se a evolução apresentada no período 2021-2020, de 13,1%, a qual decorre, principalmente, do aumento nas despesas relacionadas a cartões, como: emissões de cartões, *embossing* e programa de relacionamento.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas do Banco são compostas, principalmente, pelas receitas da intermediação financeira e de prestação de serviços.

No que tange às receitas de intermediação financeira, em 2021, em seu balanço consolidado, o BRB auferiu R\$ 3.464,2 milhões, montante 22,7% superior ao apresentado em 2020 e 29,4% maior em relação a 2019.

As rendas com operações de crédito tiveram aumento de 17,0% quando comparadas a 2020, alcançando um total de R\$ 3.101,2. Em relação a 2019, houve incremento de 30,0%.

O Resultado de TVM apresentou aumento de 121,5% em comparação a 2020, e 22,6% em relação a 2019, sendo justificado, principalmente, pela variação na Taxa Selic que fechou o ano de 2019 em 4,5%, apresentou redução para 2,0% no final de 2020, e ao término de 2021, atingiu o valor de 9,25%.

Em 2021 as receitas de prestação de serviços alcançaram o valor de R\$ 617,8 milhões, incremento de 15,0% em relação a 2020 e de 46,4% quando comparado a 2019.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, houve intenso controle de qualidade sobre a concessão de crédito, o qual elevou o estoque das operações em cerca de R\$ 2 bilhões e reduziu as despesas de PDD em R\$ 78,7 milhões. O aumento do estoque gerou uma melhoria nas rendas de operações de crédito na ordem de R\$ 35,86 milhões. Destaca-se também a entrada do BRB no serviço de bilhetagem no final do ano de 2019, responsável por auferir cerca de R\$ 3 milhões por mês, o que contribuiu para a elevação das Receitas de Prestações de Serviço. Por fim, foi possível provisionar um valor menor para a contribuição sobre o lucro líquido devido à redução de 20% para 15% anunciada pelo Ministério da Economia, de modo que a provisão foi reduzida em R\$ 21,6 milhões.

No ano de 2020, o estoque de crédito recebeu grande expansão devido à oferta de crédito imobiliário com taxas competitivas, de tal modo a colocar o BRB no primeiro lugar no DF, acima da Caixa Econômica, nesse quesito; e devido ao crescimento exponencial do Capital de Giro e no Capital Direcionado dentro da Carteira Comercial PJ. Como consequência, a Margem Financeira elevou-se o suficiente para cobrir o aumento nas despesas de PDD e nas despesas administrativas e operacionais. A RPS elevou-se principalmente devido ao Sistema de Bilhetagem, ao serviço de Corretagem e às Tarifas PJ, estas por acompanharem o volume de contratações de crédito PJ. Já as Despesas Administrativas cresceram significativamente em razão dos investimentos em tecnologia, com a diversificação dos canais de atendimento do Banco, do Marketing realizado durante a crise da Covid-19 e do aluguel da nova sede do Banco.

Em 2021, a expansão da carteira de crédito gerou aumento de 22,7% nas receitas de operação de crédito, em especial, na carteira imobiliária. O resultado de TVM e as despesas de captação foram impactadas pelo aumento da Taxa Selic ao longo do ano. O aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi consequência da provisão adicional realizada pelo Banco em dezembro/2021, resultante do agravamento do *rating* em determinadas carteiras.

Com relação ao resultado operacional, destaca-se o aumento de 15,0% em receitas de prestação de serviços, devido ao incremento das receitas advindas da seguridade e, também, das comissões de cartões. As despesas administrativas aumentaram 22,7% quando comparado a 2020 em função de despesas transacionais (emissões de cartões, *embossing*, programas de relacionamento), além de despesas estruturais.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Demonstrado na resposta do item C.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Em 2019, observaram-se quedas sucessivas da taxa SELIC, iniciando com índice de 6,5% e alcançando o valor de 4,5%. Este fator, além de outras políticas econômicas, incentivou um cenário de otimismo que resultou em maiores investimentos no país. Como resultado, o Sistema Financeiro Nacional e do Distrito Federal continuaram crescendo e o foco estratégico principal do BRB passou a ser a concessão de crédito de qualidade, invertendo a proporção de alocação dos ativos observada nos anos anteriores.

Nesse cenário, cabe registrar o desempenho alcançado pelas Operações de Crédito do Conglomerado, em 2019, as quais atingiram o patamar de R\$ 10,0 bilhões, valor 23,07% superior a 2018.

O ano de 2020 foi marcado quase inteiramente pela crise da Covid-19, especialmente a partir do mês de março, no qual os governadores e prefeitos decretaram medidas de isolamento e suspensão do funcionamento de diversos tipos de estabelecimento a fim de reduzir o contágio. Por essa razão, o BRB necessitou elaborar rapidamente uma série de medidas estratégicas a fim de evitar o colapso na economia do Distrito Federal.

O programa Supera-DF destinou-se à concessão de crédito com taxas menores e com um largo período de carência para o início dos pagamentos. Como consequência, milhares de empresas MPE e dezenas de Grandes Empresas contrataram Capital de Giro e evitaram a falência. Para o Banco, o resultado foi um grande aumento no número de clientes PJ e uma expansão sextuplicada do estoque de Capital de Giro.

Registra-se que o desempenho do BRB foi significativamente melhor do que a média do mercado: houve ganho de *market share* tanto em PF como em PJ no DF e, além disso, não houve impacto no Lucro Líquido, que se elevou em relação a 2019.

Apesar do aumento da inflação, que chegou a 5,45% no acumulado de 2020 contra 4,18% em 2019 (INPC), para os resultados com captações, a queda da taxa Selic de 4,5% (dezembro/2019) para 2,0% (agosto/2020) foi mais significativa, ocasionando retração tanto no Resultado com TVM como nas Despesas de Captação.

O exercício de 2021, ainda impactado pela pandemia, foi marcado por um ambiente inflacionário com IPCA acumulado de 10,06%. Como consequência, o Banco Central iniciou uma sequência de altas na Taxa Selic que fechou o ano em 9,25%. Diante disso, houve aumento de 121,5% nas Receitas com TVM, quando comparado a 2020, entretanto, também ocorreu incremento significativo das Despesas de Captação, em 127,8%.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A parceria estratégica entre o BRB e a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros, se deu por meio da constituição da nova BRB Seguros, com exclusividade na comercialização de produtos e serviços de seguridade na rede de distribuição do BRB durante 20 anos.

A venda de 50,1% das ações de emissão da BRB Seguros para a Wiz ocorreu pelo preço estimado de R\$ 585.235.334,40, composto por uma parcela à vista, correspondente a R\$ 300.000.000,00, três parcelas fixas anuais de R\$ 57.047.066,88 cada, com vencimentos em 2023, 2025 e 2026, respectivamente ("Valor Fixo"), além de três parcelas anuais variáveis, estimadas no valor de R\$ 38.031.377,92 cada. As parcelas de Valor Variável serão pagas nos exercícios sociais de 2023, 2025 e 2026, considerando a apuração do lucro líquido da NewCo nos exercícios sociais de 2022, 2024 e 2025, respectivamente, e de acordo com as métricas acordadas na Transação.

A contribuição pelo DF das ações da Cartão BRB em aumento de capital do BRB, resultou no aumento de capital social do Banco em R\$ 166.322.286,77 – ainda sob análise do Banco Central do Brasil e sem considerar o direito de exercício de subscrição concedido aos demais acionistas. A transformação da Cartão BRB em uma subsidiária integral do BRB elimina os principais obstáculos de natureza regulatória para desenvolvimento de novas linhas de negócios e o BRB passará a receber 100% dos dividendos distribuídos pela BRBCard.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

A partir de janeiro de 2021, passou a vigorar a Resolução CMN nº 4.747/2019, a qual estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda.

Despesas antecipadas

Na data-base 31.12.2021, houve a revisão de metodologia de reconhecimento dos custos de emissão de cartões. Após a revisão concluiu-se que os custos de produção de cartões de débito e crédito deveriam ser reconhecidos como despesa antecipada para que assim fosse feita a alocação sistemática do dispêndio de acordo com o período do qual se espera a ocorrência de sua respectiva receita (tempo médio de vida útil). Não houve alteração significativa em razão da mudança de prática adotada pelo Banco que gerasse ajuste material no exercício de 2020. Em caso de mudança de política contábil, as alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações e, portanto, não são retificações de erros.

b. *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Após estudos realizados, concluiu-se que os custos de produção de cartões deveriam ser reconhecidos como despesa antecipada, para que assim fosse feita a alocação sistemática do dispêndio de acordo com o período do qual se espera a ocorrência de sua respectiva receita (tempo médio de vida útil).

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outros valores e bens (nota 12b)	130.228	137.743	135.461	138.760
Despesas antecipadas (1)	32.346	4.758	39.810	5.998
Total	162.574	142.501	175.271	144.758

c. *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Exercício findo em 2019

Reconhecemos a inclusão em vosso relatório das seguintes ênfases no relatório do exercício findo em 2019:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 29 de janeiro de 2019, a respeito do suposto envolvimento de ex-executivos das empresas do Conglomerado BRB – Banco de Brasília S.A. no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Circus Maximus”, a Administração do BRB – Banco de Brasília S.A. (“BRB”), como líder do Conglomerado BRB, adotou ações investigativas, com o propósito de identificar

eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados, administradores e ex-executivos relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como a operação “*Circus Maximus*” ainda se encontra em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BRB – Banco de Brasília S.A. (“BRB”). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7(b) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2019, o Banco (individual e consolidado) possuía créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante de R\$ 173.143 mil. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, totalizam R\$ 110.203 mil e a sua efetiva realização dependia da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. O Banco estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não atendiam essas normas e constituiu provisão no valor de R\$ 72.911 mil. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já habilitados e homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 62.940 mil, em 31 de dezembro de 2019, seguia um processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em referência à ênfase da Operação *Circus Maximus*, ressalta-se que sua inclusão deve-se ao fato de estar em andamento a investigação pelo Ministério Público, contudo representamos que as investigações internas conduzidas até o momento não revelaram qualquer irregularidade que acarretasse na modificação das demonstrações financeiras divulgadas pelo BRB – Banco de Brasília S.A.

Exercício findo em 2020

Operações Circus Maximus e Chorume

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em função de notícias veiculadas na mídia, a respeito do suposto envolvimento de ex-executivos das empresas do Conglomerado BRB – Banco de Brasília S.A. e do Banco de Brasília - BRB em processos de investigação pelas autoridades públicas federais nas operações denominadas “*Circus Maximus*” e “*Chorume*”, respectivamente, a administração do Banco, como líder do Conglomerado BRB, adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados, administradores e ex-executivos relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas no caso da Operação “*Circus Maximus*” e presentemente em curso no caso da Operação “*Chorume*”, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como as referidas operações ainda se encontram em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas

autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Exercício findo em 2021

Créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 11.b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que, em 31 de dezembro de 2021, o Banco (BRB Múltiplo e BRB consolidado) possuía créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (“FCVS”) no montante de R\$ 191.390 mil. A realização desses créditos depende da homologação do FCVS quanto à aderência de certos requisitos regulamentares dos financiamentos habitacionais encerrados que possuíam cobertura do FCVS. O Banco estabeleceu critérios estatísticos para estimar os respectivos financiamentos habitacionais encerrados que não estariam aderentes aos requisitos do FCVS e, com base nisso, reconheceu uma provisão para realização desses créditos no montante de R\$ 83.334 mil, em 31 de dezembro de 2021. Os créditos decorrentes dos financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, portanto realizáveis, estão em processo de securitização previsto na Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os itens mais relevantes para os quais são aplicáveis estimativas e premissas são apresentados a seguir.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- **Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- **Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

Créditos tributários

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro, de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos. Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

Crítérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A recuperabilidade dos ativos não financeiros tem seu valor estimado e comparado com o valor contábil, quando há evidência de perda de seu valor recuperável. Os requisitos que estabelecem a evidência de perda e os critérios para mensuração do valor recuperável do ativo não financeiro são baseados em premissas e estimativas de acordo com a natureza do ativo.

Mensuração das provisões para perdas esperadas associada ao risco de crédito

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para a cobertura dos riscos de créditos a receber. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera os riscos específicos e globais com relação às operações, aos clientes e às garantias das operações. Observando-se os requerimentos da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco referentes a complemento de aposentadoria e eventuais relacionados à assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.877/2020, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012, sendo que:

- Os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não foi identificado nenhum item que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

As provisões e garantias prestadas não reconhecidas no balanço patrimonial, conforme base normativa, estão demonstradas nas notas explicativas.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não foi identificado nenhum item que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em Tecnologia realizados pelo BRB em 2021 totalizaram R\$ 173,8 milhões, sendo 28,4% superiores ao valor investido em 2020, que foi de R\$ 135,4 milhões. Em relação ao orçamento, o total investido ficou abaixo do previsto, representando 94,67%.

Os principais investimentos ocorreram na modernização dos ativos de infraestrutura tecnológica, um dos mais relevantes viabilizadores para a expansão e reposicionamento no mercado e para ampliação da capacidade de desenvolvimento de novas soluções de mobilidade e de *analytics*, visando atender às necessidades prementes do mercado financeiro para digitalização e inovações tecnológicas.

Ressalta-se que o Banco atuou com foco na melhoria da experiência do cliente que, cada vez mais, demanda por soluções, produtos e atendimentos digitais e personalizados.

Dentre os investimentos realizados no exercício, destacam-se:

- 1) Evolução e expansão do ambiente de virtualização, como uma das premissas para a otimização de performance e melhoria na disponibilidade dos sistemas e recursos aos usuários internos, objetivando, principalmente, eficiência operacional.
- 2) Contratações dos equipamentos, softwares e serviços de apoio necessários para internalização e gestão do parque de autoatendimento (ATM).
- 3) Desenvolvimento de aplicativos mobile para smartphones, tablets, *smartwatches*, smartTVs, desktops e aparelhos/sensores Internet Das Coisas (IoT), objetivando a transformação digital dos serviços bancários.
- 4) Aquisição de novas estações de negócio, visando a atualização tecnológica, a melhoria no desempenho dos equipamentos e compatibilidade com a estratégia de implantação da Solução VDI (*Virtual Desktop Infrastructure*) nas agências do BRB.
- 5) Aquisição de licenciamento de soluções de alta plataforma mainframe para IBM Mz15, última geração do equipamento IBM, garantindo ao Banco suporte para o aumento da base de clientes pessoa física e jurídica.

6) Aquisição de licenças, infraestrutura e suporte de solução *Big Data Hadoop Cloudera*, visando a implantação de ambiente analítico integrado, que viabiliza tanto o armazenamento, quanto a exploração de dados.

Dentre os investimentos previstos para 2022, destacam-se:

- 1) Expansão e modernização da solução de armazenamento de longa retenção.
- 2) Expansão da solução de banco de dados para aceleração de consultas em aplicações de sistemas da automação, departamentais e de *data warehouse* utilizados pelo BRB.
- 3) Melhorias e criação de novos aplicativos mobiles para entrega de uma experiência *omnichannel* aos clientes.
- 4) Solução para controladoria de ativos, passivos, compliance, custódia, gestão de carteiras, contabilidade e *pricing*.
- 5) Serviço contínuo de licença de uso de software IBM.
- 6) Solução de *cyber* segurança, objetivando amplificar proteções contra investidas de explorações maliciosas e massivas de ataques cibernéticos contra as aplicações BRB.
- 7) Novas estações de trabalho para atendimento de necessidades específicas das áreas estratégicas do BRB.
- 8) Ampliação da infraestrutura de produção e automação bancária, que sustentará o crescimento de negócios já realizados e previstos para os próximos anos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não constam desinvestimentos em andamento/previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Ganhos de escala, aumento da eficiência e da estabilidade dos canais de atendimento poderão ser observados com a consolidação dos investimentos em TI, sobretudo após a ampliação do processo de infraestrutura dos novos servidores e *storages*.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não havia pesquisas em andamento na data-base 31/12/2021.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

CAPTAÇÕES

I - Bank Pró

Público-alvo: Pessoas físicas e jurídicas interessadas em diversificar o portfólio de investimentos em renda fixa.

Finalidade: Permitir a disponibilização de produtos de investimentos em renda fixa diversificados, incluindo CDB, LCI, LCA e outros, aos nossos clientes, por meio dos canais digitais e rede de atendimento de forma unificada e mais eficiente.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Produto: Bank Pró

Valor Gasto no Ano Base: R\$ 1.200.192,11

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção.

Divulgar informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados pela Estatal para alocação de recursos para tais despesas.

Por meio de campanhas publicitárias informamos aos clientes sobre condições e ofertas que estão disponíveis no BRB. A veiculação de campanhas atrai os consumidores para dentro das agências ou para operacionalizações via mobile, para aquisição de crédito de maneira totalmente ágil e digital.

O valor investido em publicidade, no ano de 2021, foi de: R\$ 27.434.721,90, para veiculação e produção.

Por meio de patrocínios, auxiliamos o momento de expansão territorial do BRB ao mesmo tempo em que reafirmamos a nossa identidade como banco que cuida da capital federal. Assim, são patrocinados projetos esportivos com repercussão nacional, configurando como a principal linha de atuação do Banco. As principais plataformas utilizadas foram o tênis, o automobilismo

e o basquete. No mesmo intuito, são patrocinadas as principais equipes de Brasília que representam a capital federal no cenário nacional: vôlei, futsal, basquete e futebol feminino.

No ano de 2021, o valor investido em patrocínio foi de: R\$ 23.035.787,34. Destes, 84,11% foram investidos em esporte.

2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Em atendimento ao artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481/09 (**Anexo 9-1-II**), são apresentadas as informações sobre a destinação do lucro líquido, com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Anexo 9-1-II da INSTRUÇÃO CVM 481/2009

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO – BASE 2021

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 607.712.381,27 (seiscentos e sete milhões, setecentos e doze mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante de dividendos/juros sobre o capital próprio foi de R\$ 230.930.704,88 (duzentos e trinta milhões, novecentos e trinta mil, setecentos e quatro reais e oitenta e oito centavos), já incluídos os dividendos e os juros sobre capital próprio antecipados, correspondente a R\$ 0,621890670 por ação ordinária e R\$ 0,684079738 por ação preferencial.

O valor dos juros sobre capital próprio foi de R\$ 109.625.064,16 (cento e nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, sessenta e quatro reais e dezesseis centavos), o qual corresponde a R\$ 0,29521783 por ação ordinária e R\$ 0,324739342 por ação preferencial.

O valor dos dividendos foi de R\$ 121.305.640,72 (cento e vinte e um milhões, trezentos e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e dois centavos), o qual corresponde a R\$ 0,326673087 por ação ordinária e R\$ 0,359340396 por ação preferencial.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Foram distribuídos 40,00% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação em vigor e em observância às restrições impostas pela Resolução CMN nº 4.820/2020.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Será levado para a Assembleia somente para ratificação dos valores informados no item 2, já aprovados e pagos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Foram declarados no primeiro semestre de 2021 JCP, líquido de IR, de R\$ 91.586.070,33 (noventa e um milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setenta reais e trinta e três centavos).

No segundo semestre de 2021, foram declarados R\$ 17.701.661,38 (dezessete milhões, setecentos e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos) de JCP, líquido de IR, e R\$ 121.305.640,72 (cento e vinte e um milhões, trezentos e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e dois centavos) de dividendos.

ANO	PERÍODO	DATA DA POSIÇÃO ACIONÁRIA	DATA DE PAGAMENTO	VALOR APROVADO	VALOR POR AÇÃO	
					ON	PN
2021	1º trimestre JCP	01/06/2021	10/06/2021	R\$ 44.551.623,91	R\$ 0,119976420	R\$ 0,131974062
2021	2º trimestre JCP	01/09/2021	10/09/2021	R\$ 47.317.150,77	R\$ 0,127423915	R\$ 0,140166307
2021	3º trimestre JCP	01/12/2021	09/12/2021	R\$ 17.756.289,48	R\$ 0,047817248	R\$ 0,052598973
2021	3º trimestre Dividendo	01/12/2021	09/12/2021	R\$ 55.033.927,34	R\$ 0,148205004	R\$ 0,163025504
2021	4º trimestre Dividendo	09/03/2022	18/03/2022	R\$ 66.271.713,38	R\$ 0,178468083	R\$ 0,196314892

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores (valores em Reais).

Descrição	2019	2020	2021 (ajustado)*
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 418.835.798,64	R\$ 449.599.241,55	R\$ 607.712.381,27
Lucro por ação	R\$ 11,54	R\$12,38	R\$ 16,73

*Valor ajustado = número de ações desconsiderando o desdobramento realizado em janeiro de 2021. Foram desdobradas em 900% as 36.304.650 (trinta e seis milhões, trezentas e quatro mil, seiscentas e cinquenta) ações escriturais, sem valor nominal, representativas do capital social, como resultado do desdobramento os acionistas receberam 9 (nove) novas ações para cada 1 (uma) ação da mesma classe de que eram titulares. Fizeram jus ao desdobramento os acionistas possuidores de ações no dia 04.01.2021, passando a serem negociadas ex-direito ao desdobramento, a partir do dia 05.01.2021, inclusive. O crédito das ações provenientes do desdobramento foi efetuado em 07.01.2021. As ações resultantes do desdobramento conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações existentes, inclusive com relação à distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (valores em Reais).

Exercício 2019	Valor	Ação	
		ON	PN
JCP	86.264.812,46	2,32309004	2,55539904
Dividendos	72.893.000,00	1,96299044	2,15928949

Exercício 2020	Valor	Ação	
		ON	PN
JCP	90.024.930,17	2,424349079	2,666783987
Dividendos	16.964.086,52	0,045683865	0,0500252251

Exercício 2021	Valor	Ação	
		ON	PN
JCP	109.625.064,16	0,295217583	0,324739342
Dividendos	121.305.640,72	0,326673087	0,359340396

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a) Identificar o montante destinado a reserva legal.

O montante destinado a reserva legal foi de R\$ 30.385.619,07 (trinta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e sete centavos).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

De acordo com o Art. 71 do Estatuto Social, os órgãos da Alta Administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações contábeis, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes:

I. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%.

Caberá ainda à Diretoria Colegiada colocar à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação dos Balanços semestrais, os dividendos por distribuição de lucros.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim, o lucro líquido do exercício é superior ao montante destinado a distribuição.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Todas as parcelas foram pagas.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O Estatuto do BRB determina textualmente:

"Art. 71 – Juntamente com as demonstrações contábeis, os órgãos da Alta Administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei 6.404/76 e as disposições seguintes:

I. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social.

De acordo com o Art. 71 do Estatuto Social os órgãos da Alta Administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária juntamente com as demonstrações contábeis proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei 6.404/76 e as disposições seguintes:

I. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social.

II. será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

.....

§ 5º - A Diretoria Colegiada colocará à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação dos Balanços semestrais, os dividendos por distribuição de lucros.”

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Sim.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não houve valor retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a) Informar o montante da retenção.

Não se aplica, visto que não houve retenção de dividendos.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não se aplica, visto que não houve retenção de dividendos.

c) Justificar a retenção dos dividendos.

Não se aplica, visto que não houve retenção de dividendos.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a) Identificar o montante destinado a reserva.

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não se aplica, dada a resposta ao item "a".

c) Explicar por que a perda foi considerada provável.

Não se aplica, dada a resposta ao item "a".

d) Justificar a constituição da reserva.

Não se aplica, dada a resposta ao item "a".

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não se aplica, dada a resposta ao item "a".

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

De acordo com o Art. 71 do Estatuto Social, os órgãos da Alta Administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária juntamente com as demonstrações contábeis, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes:

§ 2º - por proposta dos órgãos da Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas estatutárias:

I. reserva para equalização de dividendos;

II. reserva para margem operacional.

§ 3º - A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

I. equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76;

II. equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;

III. decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos;

§ 4º - A Reserva para Margem Operacional será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.”

b) Identificar o montante destinado a reserva.

Não houve destinação para “reserva para equalização de dividendos”.

O montante destinado a “reserva para margem operacional” foi de R\$ 346.396.057,32 (trezentos e quarenta e seis milhões, trezentos e noventa e seis mil, cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos).

c) Descrever como o montante foi calculado.

Foi destinado a “reserva para margem operacional” o saldo remanescente do lucro líquido após constituição da “reserva legal” e distribuição do resultado.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a) Identificar o montante da retenção.

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não se aplica, dada a resposta ao item “a”.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a) Informar o montante destinado a reserva.

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação.

Não se aplica, dada a resposta ao item “a”.

3. ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os nomes relacionados nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 são de candidatos à eleição para o Conselho de Administração que ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária em 29.04.2022.

A data da posse dos candidatos eleitos será divulgada após a homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

3.1. CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR

Nome	José Eduardo Pereira Filho
Data de nascimento	06/07/1961
Profissão	Advogado
CPF ou nº do passaporte	207.916.073-72
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal do BRB
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro efetivo do Conselho Fiscal do BRB
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: FAETE - Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina. Cargo: Diretor-Geral. Período: Jan/2015 a set/2016.</p> <p>Empresa: MAPFRE BBSH2 Participações S.A. Cargo: Membro suplente do Conselho de Administração (designado pela Acionista BB Seguros Participações S.A). Período: Set a dez/2018;</p> <p>Órgão: Conselho Curador da FBB – Fundação Banco do Brasil. Cargo: Conselheiro. Período: 2017 a 2019;</p> <p>Empresa: Banco do Brasil S.A Cargo: Vice-Presidente de Governo. Período: Jan/2017 a jan/2019</p> <p>Órgão: Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN. Cargo: Membro titular do Conselho Período: desde jul/2020</p>

	<p>Empresa: SEBRAE/DF. Cargo: Membro titular do Conselho Deliberativo Período: desde jun/2020</p> <p>Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF. Cargo: Secretário de Estado Período: de maio/2020 a set/2021.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal Efetivo do BRB. Período: de dez/2020 até a presente data.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-

Nome	Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Data de nascimento	11/03/1977
Profissão	Economiário
CPF ou nº do passaporte	898.379.404-68
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração.
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Presidente do BRB, Diretor Executivo de Novos Negócios do BRB, Presidente do Conselho de Administração da BRBCard, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto BRB.
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	2

<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: Caixa Seguridade Participações S.A Cargo: Diretor de Administração, Finanças e RI (CFO). Período: 2015/2016.</p> <p>Empresa: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH Cargo: Vice-Presidente & CEO. Período: 2017/2018.</p> <p>Empresa: Caixa Econômica Federal Cargo: Diretor Executivo de Controladoria. Período: 2013/2017. Cargo: Vice-Presidente de Clientes, Negócios e Transformação Digital. Período: 2018/2019.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Presidente do BRB. Período: desde jan/2019. Cargo: Conselheiro de Administração. Período: desde fev/2019. Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Período: de dez/2019 até out/2020. Cargo: Diretor de Novos Negócios. Período: de dez/2020 até set/2021.</p> <p>Empresa: Instituto BRB Cargo: Presidente do Conselho Deliberativo. Período: desde jan/2019.</p> <p>Empresa: Cartão BRB S.A. Cargo: Presidente do Conselho de Administração. Período: de janeiro/2019 até a presente data.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

Nome	Hugo Ferreira Braga Tadeu
Data de nascimento	08/11/1979
Profissão	Professor ensino superior.
CPF ou nº do passaporte	086.833.547-92
Cargo eletivo ocupado	-

Data de eleição	-
Data de Posse	A ser definida após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Nos últimos 5 anos - Professor da Fundação Dom Cabral.</p> <p>Cargo: Diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da FDC.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-

Nome	Paulo César Pagi Chaves
Data de nascimento	30/10/1967
Profissão	Funcionário Público Federal
CPF ou nº do passaporte	265.545.851-68
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração.
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre:	
<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: Confederação Nacional das Empresas de Seguros - Cnseg Cargo: Superintendente de Relações Governamentais Período: Nov/2014 a Mai/2018</p> <p>Empresa: Governo do Distrito Federal - GDF Cargo: Chefe de Gabinete do Vice-Governador Período: desde jan/2019.</p> <p>Empresa: BRB - Banco de Brasília Cargo: Conselheiro de Administração. Período: de dez/2020 até a presente data.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-

Nome	Reinaldo Busch Alves Carneiro
Data de nascimento	01/10/1955
Profissão	Aposentado
CPF ou nº do passaporte	904.780.458-91
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração.
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Auditoria
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. De acordo com o Estatuto Social do BRB, em seu Art. 24, §4º, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 30% de membros independentes ou pelo menos 1, (...)
Número de mandatos consecutivos	2
Informações sobre:	
<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: Caixa Econômica Federal Cargo: Presidente do Comitê de Auditoria. Período: ju1ho/2015 a ju1ho/2018</p> <p>Empresa: Funcef - Fundação dos Economiários Federais Cargo: Presidente do Comitê de Auditoria. Período: janeiro/2019 a maio/2020</p> <p>Empresa: BRB - Banco de Brasília S.A. Cargo: Membro Independente do Conselho de Administração. Período: desde 23/01/2020. Cargo: Presidente do Comitê de Auditoria. Período: de maio/2019 até a presente data..</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso</p>	-

ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
---	--

Nome	Marcelo Talarico
Data de nascimento	09/06/1961
Profissão	Empresário
CPF ou nº do passaporte	051.470.558-27
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração.
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Riscos do BRB
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. De acordo com o Estatuto Social do BRB, em seu Art. 24, §4º, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 30% de membros independentes ou pelo menos 1, (...)
Número de mandatos consecutivos	2
Informações sobre:	
<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: Talinvest I A P LTDA. Cargo: Sócio fundador. Período: 2008-2014.</p> <p>Empresa: BPC Com LTDA. e BPC Corretora de Seguros LTDA Cargo: Participou como sócio da fundação das empresas, atuando no ramo de fomento comercial para pequena e média empresa e corretagem de seguros. Período: 1988-2014.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Membro Independente do Conselho de Administração. Período: desde out/2018. Cargo: Membro do Comitê de Riscos. Período: desde dez/2018.</p>

<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-
--	---

Nome	Luis Fernando Lara Resende
Data de nascimento	08/09/1959
Profissão	Servidor Público
CPF ou nº do passaporte	186.506.351-72
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração.
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Riscos do BRB e Membro do Comitê de Elegibilidade do BRB.
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. De acordo com o Estatuto Social do BRB, em seu Art. 24, §4º, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 30% de membros independentes ou pelo menos 1, (...)
Número de mandatos consecutivos	2

<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cargo: Coordenador de Estudos em instituições e Governança Internacional da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (DAS 3), Período: dez/2016 a mai/2017. Cargo: Coordenador-Geral da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (DAS 4). Período: junho a dezembro/2016. Cargo: Técnico lotado no Gabinete da Presidência do Ipea. Período: 2015 a 2016.</p> <p>Órgão: Presidência da República Cargo: Assessor Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Período: mai/2017 a out/2018</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Membro do Comitê de Riscos. Período: de dez/2018 até a presente data. Cargo: Membro independente do Comitê de Elegibilidade. Período: de fev/2021 até a presente data. Cargo: Membro do Comitê de Administração. Período: de set/2018 a fev/2020 e de dez/2020 até a presente data.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

3.2. CANDIDATO INDICADO PELO ACIONISTA MINORITÁRIO

Nome	Romes Gonçalves Ribeiro
Data de nascimento	15/05/1965
Profissão	Advogado
CPF ou nº do passaporte	258.130.481-20
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração.
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020

Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Presidente do Conselho Deliberativo da Regius.
Eleito pelo controlador ou não	Sim.
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	4
Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Empresa: Instituto BRB Cargo: Presidente. Período: 2017 até jul/2020. Cargo: Conselheiro no Conselho Deliberativo. Período: 2017 até jul/2020.
<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	<p>Empresa: Associação Atlética Banco de Brasília - AABR Cargo: Presidente do Conselho Deliberativo.</p> <p>Empresa: Regius – Sociedade Civil de Previdência Privada Cargo: Presidente do Conselho Deliberativo. Período: 2017/2021.</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Conselheiro de Administração. Período: de 2013 até a presente data.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	-
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	-
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	-

3.3. CANDIDATO ELEITO PELOS EMPREGADOS DO BRB – BANCO DE BRASÍLIA

Nome	André Luiz de Mello Perezino
Data de nascimento	20/03/1964
Profissão	Bancário

CPF ou nº do passaporte	238.786.301-15
Cargo eletivo ocupado	-
Data de eleição	-
Data de Posse	A ser definida após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Superintendente de Desenvolvimento; Superintendente de Clientes; Superintendente de Atacado; Diretor-Presidente da Financeira BRB; Diretor Comercial da Financeira BRB; Gerente Geral de Agência; Gerente de Negócios
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Financeira BRB: - Diretor Comercial: de 21/07/2010 a 09/01/2011. - Diretor-Presidente: 10/01/2011 a 15/04/2015 BRB-Banco de Brasília S.A. - Superintendente de Atacado: de 04/2015 a 04/2016. - Superintendente de Clientes: de 04//2016 a 10/2016. - Superintendente de Desenvolvimento: de 10/2016 a 03/2020 - Gerente Geral: desde 03/2020.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	-

4. ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Os nomes relacionados nos itens 4.1 e 4.2 são de candidatos à eleição para o Conselho Fiscal que ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária em 29.04.2022.

A data da posse dos candidatos eleitos será divulgada após a homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

4.1. CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR

TITULARES:

Nome	Kaline Gonzaga Costa
Data de nascimento	20/10/1981
Profissão	Advogada
CPF ou nº do passaporte	992.571.811-20
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Suplente do Conselho Fiscal da BRB-DTVM
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	2
Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Órgão: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Cargo: Chefe de Gabinete da Presidência. Período: outubro/2013 a dezembro/2018.
• nome e setor de atividade da empresa	Cargo: Membro do Comitê de Administração. Período: outubro/2013 a dezembro de 2018.
• cargo	Cargo: Membro da Comissão Especial de Direito Administrativo. Período: 2016/2019.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Órgão: Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal-Terracap. Cargo: Diretora de Novos Negócios. Período: fev/2020 até a presente data.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras	Cargo: Membro titular do Conselho Fiscal Período: fev/2019 a jan/2020

sociedades ou organizações do terceiro setor	<p>Órgão: Governo do Distrito Federal. Cargo: Secretária de Estado - Chefe de Gabinete do Governador. Período: Jan/2019 a fev/2020.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Conselheira Fiscal Efetiva do BRB. Período: desde nov/2019 até a presente data.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-

Nome	Rodrigo Becker
Data de nascimento	20/08/1977
Profissão	Advogado da União
CPF ou nº do passaporte	833.966.391-72
Cargo eletivo ocupado	-
Data de eleição	-
Data de Posse	-
Prazo do mandato	-
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre:	<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Advocacia-Geral da União, AGU: <ul style="list-style-type: none"> - Advogado da União (2009 – atual). Lotação: Procuradoria Geral da União Principais atividades: Atuação perante o Superior Tribunal de Justiça, no contencioso judicial.

<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Atuação nas áreas de Direito Administrativo e Processo Civil. Coordenador-Geral de Assuntos Militares. Diretor-Substituto do Departamento de Assuntos do Pessoal Civil e Militar - DCM/PGU.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diretor do Departamento de Assuntos Internos (2016 – 2018). - Procurador-Geral da União (2016 – 2016). - Diretor Substituto do Departamento Internacional (2015 – 2016). - Coordenador de Assuntos Militares (2011 – 2015). <ul style="list-style-type: none"> • Governo do Distrito Federal, GDF: - Consultor Jurídico (2019 – atual) <ul style="list-style-type: none"> • Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP: - Professor da graduação em Direito e da pós-graduação em Direito Processual Civil (2015 – atual). <ul style="list-style-type: none"> • Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/DF: - Diretor da Escola Superior de Advocacia (ESA) (2016 – 2018). - Conselheiro (2013 – 2016). <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselheiro Fiscal da CEB Holding - Mandato de Janeiro de 2020 a abril de 2022.
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p style="text-align: center;">-</p>

Nome	Engels Augusto Muniz
Data de nascimento	02/01/1987
Profissão	Advogado
CPF ou nº do passaporte	027.010.945-50
Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal.

Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro suplente do Conselho Fiscal da BRB-CFI e Membro suplente do Conselho Fiscal da BRBCard.
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	2
<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: Eletrosul S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal - membro titular. Período: 2016/ 2017.</p> <p>Órgão: Presidência da República - Casa Civil. Cargo: Chefe de Gabinete da Subchefia para assuntos jurídicos. Período: 2016/2018.</p> <p>Empresa: Correios Participações. Cargo: Conselheiro de Administração - membro titular. Período: 2017/2018.</p> <p>Empresa: Caixa Participações - CaixaPar. Cargo: Conselheiro Fiscal - membro titular. Período: desde 2017.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal Efetiva do BRB. Período: desde nov/2019 até a presente data.</p> <p>Empresa: NUCLEP-Nuclebrás Equipamentos Pesados. Cargo: Conselheiro Fiscal - membro titular. Período: 2018/2020.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal Efetiva do BRB. Período: desde nov/2019 até a presente data.</p> <p>Empresa: Engels Augusto Muniz Sociedade Individual de Advocacia. Cargo: Sócio proprietário.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal Efetivo do BRB. Período: desde jun/2019 até a presente data.</p>

<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-
--	---

Nome	João Antônio Fleury Teixeira
Data de nascimento	13/06/1952
Profissão	Servidor Público
CPF ou nº do passaporte	158.470.046-72
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro suplente do Conselho Fiscal do BRB; Conselheiro de Administração; Membro efetivo do Conselho Fiscal da Cartão BRB.
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre:	Empresa: BRB – Banco de Brasília S.A. Cargo: Presidente do Conselho de Administração. Período: abril/2016 até janeiro de 2020.
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Órgão: Prefeitura de Belo Horizonte. Cargo: Secretário Adjunto da Fazenda. Período: a partir de 07/06/2017 até a data presente.
<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma 	Órgão: Governo do Distrito Federal – GDF. Cargo: Secretário da Fazenda do Distrito Federal. Período: fevereiro/2016 a junho/2017.

<p>classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Órgão: Governo do Distrito Federal – GDF. Cargo: Secretário Adjunto da Fazenda do Distrito Federal - agosto/2015 a fevereiro/2016.</p> <p>Empresa: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (responsável pelas áreas: Financeira, Jurídica, Tecnologia da Informação e Crédito). Cargo: Diretor Executivo. Período: de fevereiro de 2010 a março de 2015.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	

SUPLENTE:

Nome	Robson Cândido da Silva
Data de nascimento	16/10/1972
Profissão	Delegado
CPF ou nº do passaporte	527.423.501-87
Cargo eletivo ocupado	Suplente do Conselho Fiscal do BRB
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro titular do Conselho Fiscal da Financeira BRB.
Eleito pelo controlador ou não	Sim.
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre:	Órgão: Polícia Civil do Distrito Federal Cargo: Delegado de Polícia. Período: 1999-2020

<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Cargo: Diretor-Geral Período: desde janeiro/2019 Cargo: Delegado-Chefe da 11ª DP. Período: mai/2016 a jan/2019. Cargo: Delegado-Chefe da 23ª DP. Período: fev/2012 a mai/2016. Cargo: Delegado-Chefe Adjunto, Cartorário e Plantonista em diversas Polícias Circunscrições e Especializada</p> <p>Empresa: Financeira BRB Cargo: Conselheiro Fiscal Efetivo. Período: desde out/2020 até a presente data.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

Nome	Juliana Monici Souza Pinheiro
Data de nascimento	23/11/1979
Profissão	Secretária Executiva
CPF ou nº do passaporte	874.563.541-20
Cargo eletivo ocupado	-
Data de eleição	-
Data de Posse	A ser definida após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil
Prazo do mandato	-
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Cartão BRB
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	-

emissor para determinar a independência	
Número de mandatos consecutivos	-
<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>- Assessoria da Presidência e Diretoria do Conselho Federal da OAB: out/2014 a dez/2018.</p> <p>- Subchefe de agendamento do Governo do DF: de jan/2019 a fev/2020.</p> <p>- Conselheira de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap: fev/2019.</p> <p>- Chefe de Gabinete do Governo do DF: desde fev/2020.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-

Nome	Jorge Luis da Silva Aguiar
Data de nascimento	23/04/1966
Profissão	Servidor Público Federal
CPF ou nº do passaporte	369.517.061-15
Cargo eletivo ocupado	Suplente do Conselho Fiscal do BRB
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro titular do Conselho Fiscal da Seguros BRB e Membro suplente do Conselho Fiscal da BRB Serviços.
Eleito pelo controlador ou não	sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Órgão: TRE/DF Cargo: Administrador Sênior Oracle. Período: ago/2011 a mai/2016</p> <p>Órgão: ANVISA - Empresa CPD Informática Ltda. Cargo: Consultor de Banco de Dados Oracle - Assessoramento do Gerente-Geral de TI. Período: set/2014 a jul/2016.</p> <p>Empresa: Oracle do Brasil Cargo: Instrutor Sênior Oracle na PETACORP (desde fev/2018); na HEPTA/NOVINTEC (jan/2017 a fev/2018); Unimix University</p> <p>Empresa: GLOBAL PROJETOS E SISTEMAS - GPS Cargo: Assessoramento do Diretor de TI. Período: set/2013 a jan/2019.</p> <p>Empresa: Extreme Digital Solutions - EDS Cargo: Consultor Sênior Oracle da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação. Período: mai/2019 a set/2019.</p> <p>Órgão: Supremo Tribunal Federal - STF Cargo: Administrador Sênior Oracle da Secretaria de Tecnologia da Informação. Período: abr/2017 a jan/2020</p> <p>Empresa: CTIS Tecnologia SA. Cargo: Arquiteto de infraestrutura 4. Período: desde set/2018.</p> <p>Órgão: Procuradoria Geral do Trabalho - PGT Função: DBA Sênior Oracle/Rede de Telecomunicações do Departamento de Infraestrutura de TI – DEINF. Período: desde jan/1991.</p> <p>Empresa: Seguros BRB Cargo: Conselheiro Fiscal. Período: de ago/2020 até a presente data.</p>
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os	-

<p>últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	
---	--

Nome	Maurício Antonio do Amaral Carvalho
Data de nascimento	27/06/1966
Profissão	Secretário Executivo
CPF ou nº do passaporte	540.285.749-00
Cargo eletivo ocupado	Suplente do Conselho Fiscal do BRB
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2020.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro titular do Conselho Fiscal da BRB-DTVM e Membro suplente do Conselho Fiscal da Financeira BRB.
Eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre:	Órgão: MPF- Ministério Público Federal Cargo: Assessor Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria Geral. Período: set/2014 a jul/2016
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Órgão: APO - Autoridade Pública Olímpica Cargo: Assessor da Controladoria Geral Período: out/2016 e jan/2017 Cargo: Chefe de Gabinete. Período: jan/2016 a mar/2017
<ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	Órgão: AGLO - Autoridade de Governança do Legado Olímpico Cargo: Assessor da Presidência. Período: abr/2017 a dez/2018
ii. indicação de todos os cargos de	

administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Órgão: SEJUS - Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal Cargo: Secretário Executivo. Período: desde jan/2019. Empresa: BRB-DTVM Cargo: Conselheiro Fiscal efetivo. Período: de abr/2020 até a presente data.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	-

4.2. CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA MINORITÁRIO

TITULAR:

Nome	Alberto Castilho de Siqueira
Data de nascimento	15/11/1955
Profissão	Bancário
CPF ou nº do passaporte	114.128.521-53
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho Fiscal
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-
Número de mandatos consecutivos	-
Informações sobre:	Empresa: BRB Serviços. Cargo: Membro do Conselho de Administração. Período: ago/2016 a ago/2018.

<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: BRB-Banco de Brasília S.A. Cargo: Conselheiro Fiscal Efetivo do BRB. Período: desde dez/2020 até a presente data.</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

SUPLENTE:

Nome	Helson Ricardo Simão Souza
Data de nascimento	08/09/1961
Profissão	Bancário Aposentado
CPF ou nº do passaporte	225.832.891-87
Cargo eletivo ocupado	Suplente do Conselho Fiscal do BRB
Data de eleição	31/07/2020
Data de Posse	29/12/2020
Prazo do mandato	Mandato 2020/2022 que se estenderá até a posse dos eleitos no conclave ordinário de 2022.
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	-

emissor para determinar a independência	
Número de mandatos consecutivos	-
<p>Informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nome e setor de atividade da empresa • cargo • se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Empresa: Regius – Sociedade Civil de Previdência Privada Cargo: membro suplente do Conselho Deliberativo. Período: set/2018 a jul/2019.</p> <p>Empresa: BRB-Banco de Brasília Cargo: funcionário concursado do Banco, tendo exercido, dentre outras, as seguintes funções: Gerente Executivo do Departamento de Contabilidade Geral, Gerente Executivo da Superintendência de Auditoria Interna e Gerente Executivo da Superintendência de Controle Interno. Período: fev/1985 a jul/2017</p>
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	-

Sobre os nomes relacionados nos itens 3 e 4 são prestadas a seguir as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração:

Nome	Data da posse	Quantidade de reuniões após a posse	Reuniões em que participou até a presente data	Percentual de participação
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa	29/12/2020	27	27	100%
Reinaldo Busch Alves Carneiro	29/12/2020	27	27	100%
Marcelo Talarico	29/12/2020	27	27	100%
Luis Fernando de Lara Resende	29/12/2020	27	27	100%
Paulo Cesar Pagi Chaves	29/12/2020	27	27	100%
Romes Gonçalves Ribeiro	29/12/2020	27	26	96,30%

Conselho Fiscal:

Nome	Data da posse	Quantidade de reuniões após a posse	Reuniões em que participou até a presente data	Percentual de participação
Kaline Gonzaga Costa (Titular)	29/12/2020	14	14	100%
Engels Augusto Muniz (Titular)	29/12/2020	14	14	100%
Alberto Castilho de Siqueira (Titular)	29/12/2020	14	14	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

- Não há relação.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

- Não há relação.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

- Não há relação.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

- Não há relação.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

b. controlador direto ou indireto do emissor

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Identificação Cargo/Função CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Pessoa relacionada	CNPJ Pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa Presidente 898.379.404-68	Controle	Cartão BRB S.A. Membro do Conselho de Administração	01.984.199/0001-00	Controlada Direta

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

Em atendimento ao inciso I do artigo 12 da Instrução CVM 481/09, são apresentadas as informações que compõem o Item 13 do Formulário de Referência, com base no exercício findo em 31.12.2021, incluindo informações sobre:

Inciso I do art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009:

a. período a que se refere a proposta de remuneração (por exemplo, se da Assembleia Geral Ordinária atual até a próxima);

O período da proposta de remuneração compreende o da realização da AGO em 2022 e 2023, ou seja, entre maio/2022 a abril/2023.

b. valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados, esclarecendo o motivo das eventuais diferenças; e

Para o período de maio/2021 a abril/2022, foi aprovado o valor de R\$12.605.352,11 (doze milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e onze centavos), correspondente ao Montante da Remuneração Global a ser paga aos Administradores do BRB - Banco de Brasília S.A. Até fevereiro de 2022, foram realizados efetivamente o valor de R\$10.019.504,22.

c. eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra "a") e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).

O valor da proposta atual de Montante Global de Remuneração dos Administradores do BRB que compreende o período de maio/2022 a abril/2023, é de R\$ 21.442.654,79 (vinte e um milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos). Em relação à proposta anterior, cujo valor aprovado foi de R\$ 12.605.352,11 (doze milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e onze centavos), a diferença é de R\$ 8.837.302,68 (oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, trezentos e dois reais e sessenta e oito centavos). A diferença se deve à atualização da remuneração dos Administradores e ao acréscimo prudencial de 20% para cobertura de eventuais alterações que possam ocorrer. O percentual de 20% tem caráter preventivo e não implica automaticidade de sua aplicação.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários

e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração do BRB – Banco de Brasília S.A. estabelece diretrizes na definição da remuneração do Presidente, dos Diretores Executivos e do Diretor Jurídico, bem como dos Diretores-Presidentes e Diretores das empresas do Conglomerado BRB e dos membros dos respectivos Conselhos de Administração, sem qualquer vínculo com a remuneração dos funcionários, de modo a evitar concessões reflexas entre os dois grupamentos.

A remuneração dos colaboradores das áreas de controle interno e de gestão de risco são pagas independentemente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse.

A referida política objetiva recompensar e reter os administradores, remunerando pelo trabalho prestado de forma adequada, apta a atrair profissionais experientes e qualificados, por meio de um conjunto de estratégias, que preservam os interesses da instituição, levando-se em conta a transparência, as boas práticas do mercado e uma prudente filosofia de gerenciamento de riscos. Busca-se premiar a geração de valor, incentivando os resultados sustentáveis com perspectivas de curto, médio e longo prazos para que o BRB se mantenha competitivo.

Por decisão da Assembleia Geral dos Acionistas, realizada em 27 de abril de 2012, optou-se pelo modelo de montante global de remuneração, que passou a integrar a Política de Remuneração do Banco, formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, de 10 de dezembro de 2012 e pela Assembleia Geral Ordinária em 27 de abril de 2012.

A versão atualmente vigente da Política de Remuneração do Banco foi aprovada na 736ª reunião do Conselho de Administração, realizada em 8 de setembro de 2020, encontrando-se disponível para consulta no website de relações com investidores do Banco (www.ri.brb.com.br).

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria Colegiada

- **Honorários.** Tem como objetivo remunerar mensalmente o Presidente e os Diretores do BRB.
- **Gratificação natalina.** Tem como objetivo efetuar o pagamento anual realizado em dezembro correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano-calendário, com base no Estatuto Social do Banco.

- **Licença remunerada para descanso.** Tem como objeto remunerar os Diretores e Presidente durante o período de descanso. Estes têm até 30 dias de licença remunerada, por ano de efetivo exercício, sendo vedada sua conversão em espécie, com base no Estatuto Social do Banco.
- **Participação nos lucros e resultados – PLR.** Tem como finalidade assegurar aos membros da Diretoria Colegiada, no exercício em que for paga a participação nos lucros aos empregados e os dividendos obrigatórios, remuneração variável em função do cumprimento de metas estabelecidas no Contrato de Gestão e Resultados, com base na Política de Remuneração.

Parte da remuneração variável relativa à participação nos lucros e resultados é diferida ao longo dos quatro exercícios sociais subsequentes ao da apuração dos resultados, conforme descritos nos itens 13.1(d) e 13.1(e) do Formulário de Referência. No momento de recebimento de cada parcela diferida, o valor do pagamento é corrigido de acordo com a variação do valor da ação ordinária de emissão do Banco, em linha com as recomendações contidas no artigo 7º da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Cumprir destacar que o mecanismo acima está aderente à Política de Remuneração do Banco, que prevê:

Ao estabelecer os critérios para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos Administradores do Conglomerado BRB, cumprirá ao Conselho de Administração, por proposição do Comitê de Remuneração: (i) cuidar para que a recompensa financeira não se vincule exclusivamente ao atingimento das metas quantitativas do resultado financeiro positivo; (ii) aprovar a inclusão, no pagamento da remuneração variável (Participação nos Lucros e Resultados – PLR), de instrumento de valor vinculado ao comportamento das ações ordinárias do Banco e diferível para liquidação futura, em linha com as recomendações contidas no artigo 7º da Resolução CMN nº 3.921/2010, com vistas a buscar-se continuamente o alinhamento dos interesses dos administradores e os interesses do Banco no curto, médio e longo prazos.

Conselho de Administração

- **Honorários.** Tem como objetivo remunerar mensalmente cada membro por todos os trabalhos afetos ao Conselho de Administração, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias, com base no Estatuto Social do Banco.

Conselho Fiscal

- **Honorários.** Tem como objetivo remunerar mensalmente cada membro por todos os trabalhos afetos ao Conselho Fiscal, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias, com base no Estatuto Social do Banco.

Comitê de Auditoria

- **Honorários.** Tem como objetivo remunerar mensalmente cada membro por todos os trabalhos afetos ao Comitê de Auditoria, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias, com base no artigo 51, parágrafo único, do Estatuto Social do Banco.

Comitê de Remuneração

- **Honorários.** Tem como objetivo remunerar mensalmente o Conselheiro por todos os trabalhos afetos ao Comitê de Remuneração, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias, com base no Estatuto Social do Banco.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

	Elementos	2019	2020	2021
Diretoria Colegiada	Honorários	57,42%	58,09%	42,37%
	Licença Remunerada para descanso	2,19%	0,87%	1,83%
	Gratificação Natalina	5,05%	5,17%	3,35%
	Remuneração Compensatória	0,00%	0,00%	0,00%
	Participação nos Lucros	35,33%	35,87%	52,46%
Conselho de Administração	Honorários	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho Fiscal	Honorários	100,00%	100,00%	100,00%
Comitê de Auditoria	Honorários	100,00%	100,00%	100,00%
Comitê de Remuneração	Honorários	100,00%	100,00%	100,00%
Comitê de Riscos	Honorários	100,00%	100,00%	100,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração:

O valor praticado corresponde a 24,82% da média dos valores pagos aos membros da Diretoria Colegiada e aprovado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Colegiada

O cálculo para definição dos honorários da Diretoria Colegiada baseia-se em benchmarking das melhores práticas de remuneração no mercado bancário público e privado, e os reajustes são concedidos visando recompor as perdas inflacionárias. É vedada a indexação de qualquer natureza ou vinculação à remuneração percebida pelos empregados do Banco, na forma da Política de Remuneração em vigor.

A gratificação natalina corresponde a 1/12 da remuneração devida em dezembro, conforme prevista no Estatuto Social e equivalente a um honorário mensal, por mês de trabalho do exercício social.

A quantificação da remuneração variável da Diretoria Colegiada é definida pelo atingimento de metas por cada Diretoria, estabelecidas nos contratos de gestão e resultados, e não podem ultrapassar um décimo dos lucros do Banco, conforme Lei nº 6.404/76, em seu artigo 152, § 1º.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Ante o exposto no artigo 8º da Política de Remuneração, a composição da remuneração pressupõe a observância de critérios técnicos na fixação de remunerações, orientando-se pelas práticas usuais de mercado, sem perder de vista as remunerações pagas por entidades estatais análogas.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados pelo Banco.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração da Diretoria Colegiada está sujeita a indicadores de desempenho constantes nos contratos de gestão e resultados. A remuneração dos membros dos Conselhos e Comitês do Banco é exclusivamente fixa, determinada a partir de percentual da média da remuneração da Diretoria Colegiada.

Os indicadores consistem em objetivos estratégicos e metas que são acompanhadas durante todo o exercício, dentre os quais destacam-se:

- **Itens de avaliação institucionais:** comuns a todos os Diretores e correspondentes a 60% da avaliação final, tais como: construir resultados financeiros sustentáveis; melhorar a eficiência operacional por meio da simplificação, racionalização, digitalização e automatização dos processos; e resolução tempestiva dos apontamentos realizados pelos órgãos de supervisão e controle, internos e externos que foram transformados em planos de ação no sistema GPA.
- **Itens de avaliação específicos:** baseados nas especificidades de cada Diretoria e correspondentes a 40% da avaliação final.

A exceção fica com a Diretoria de Controle, que possui apenas itens de avaliação específicos, correspondentes a 100% da avaliação final.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração está estruturada sob a forma de remuneração fixa e, com relação à Diretoria Colegiada, remuneração variável, cabendo a esta última refletir a evolução dos indicadores de desempenho do Banco, tal como mencionado no item 13.1(c) acima.

As metas da Diretoria Colegiada são estabelecidas, individualmente, nos contratos de gestão e resultados, os quais são elaborados pelo Comitê de Remuneração e aprovadas pelo Conselho de Administração. Parte da remuneração variável é diferida ao longo dos quatro exercícios sociais subsequentes ao da apuração dos resultados, refletindo a evolução dos indicadores de desempenho conforme a performance do Banco.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração se alinha aos interesses do Banco ao considerar os resultados a serem alcançados no curto, médio e longo prazo, expressos nas metas previstas nos contratos de gestão e resultados das Diretorias, extraídas do Planejamento Estratégico.

Os mencionados resultados também se encontram espelhados nos instrumentos orçamentários de curto prazo (isto é, o orçamento anual) e de médio e longo prazo (isto é, o orçamento plurianual/quinquenal, seguindo a orientação constante no Planejamento Estratégico).

A ferramenta garantidora desse alinhamento é o pagamento da remuneração variável em dois blocos, sendo um à vista, no exercício social de referência, e o restante diferido nos quatro exercícios seguintes. O montante diferido a ser recebido pelos administradores refletirá o efeito futuro da administração, positivo ou negativo, na performance do Banco, com base na variação do preço da ação de emissão do Banco.

A parcela diferida da remuneração variável, paga com base na variação das ações ordinárias, objetiva criar visão de longo prazo e de tempo de risco, bem como gerar uma remuneração justa pelo impacto a longo prazo das medidas adotadas pela Diretoria Colegiada. Nesse sentido, a vinculação do pagamento da parcela diferida da remuneração variável à variação do valor das ações ordinárias visa a motivar os membros da Diretoria Colegiada a terem maior observância dos impactos de longo prazo das medidas adotadas e contribuir para evitar decisões de caráter imediatista, descompromissadas com o futuro do Banco.

A remuneração variável da Diretoria Colegiada está diretamente ligada ao atingimento das metas estabelecidas nos respectivos contratos de gestão e resultados e baseadas no planejamento estratégico. Com isso, ficam alinhados os resultados planejados para o Banco e os interesses dos Diretores.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há a existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há a existência qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Conforme estabelece a Política de Remuneração do Banco, caberá ao Conselho de Administração, por proposta do Comitê de Remuneração, aprovar o valor de cada componente da remuneração dos Administradores, observado o valor global aprovado e a referência ao valor médio pago à Diretoria Colegiada para a remuneração dos membros do Conselho de Administração que serão aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Em consonância com a Política de Remuneração do Banco, para efeito da fixação dos valores a serem pagos aos administradores, o Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração cuidarão para que a maior remuneração individual paga seja sempre a do Presidente e da Diretoria Colegiada do Banco, da qual derivarão, por relação percentual, a remuneração dos demais.

O Regimento Interno do Comitê de Remuneração prevê que o Comitê de Remuneração deverá analisar a política de remuneração dos administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar eventuais discrepâncias em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários. Para tanto, o Comitê de Remuneração utiliza documentos de pesquisa salarial dos mercados de referência, especialmente a consulta a atas de assembleias gerais de bancos estatais, bem como pesquisas anuais de salários de executivos publicadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral que os elege, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a um décimo da que, em média, for atribuída a cada Diretor, excluída a participação nos lucros.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, a Política de Remuneração é revisada pelo Comitê de Remuneração, por meio de uma reavaliação dos contratos de gestão e resultados, e submetida ao

Conselho de Administração, com vistas a determinar sua compatibilidade com os objetivos do Banco e as condições do mercado.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO 2019			
REMUNERAÇÃO FIXA			
Histórico	Diretoria Colegiada	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº Membros	8,00	8,00	5,00
Salário Pró-Labore	4.033.365,83	924.074,88	577.546,80
Benefícios Diretos e Indiretos	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Outros (INSS Patronal)	907.507,31	207.916,85	129.948,03
Total	4.940.873,14	1.131.991,73	707.494,83
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
Histórico	Diretoria Colegiada	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Bônus	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Participação nos Resultados	834.295,86	não aplicável	não aplicável
Remuneração por Participação em Reuniões	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Comissões	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Outros (INSS Patronal)	187.716,57	não aplicável	não aplicável
Benefícios Pós Emprego	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Benefícios Motivadas Pela Cessão do Exercício do Cargo	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Remuneração baseada em ações	683.618,91	não aplicável	não aplicável
Total	1.705.631,34		
Observações:			
<ul style="list-style-type: none"> - O número de membros de cada órgão foi especificado conforme instruções contidas no Ofício-circular/CVM/SEP/. - O campo Salário Pró-Labore da Diretoria Colegiada foi projetado incluindo a Gratificação Natalina. - No campo outros (INSS Patronal) corresponde a 22,5%. - A PLR é referente a 6 honorários e é paga da seguinte forma: 50% à vista e 50% diferidos para 3 anos, pagos em ações. 			

ANO 2020			
REMUNERAÇÃO FIXA			
Histórico	Diretoria Colegiada	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº Membros	8,00	8,00	5,00
Salário Pró-Labore	4.400.034,21	1.008.081,60	630.051,00
Benefícios Diretos e Indiretos	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Outros (INSS Patronal)	990.007,70	226.818,36	141.761,48
Total	5.390.041,91	1.234.899,96	771.812,48

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
Histórico	Diretoria Colegiada	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Bônus	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Participação nos Resultados	732.756,60	não aplicável	não aplicável
Remuneração por Participação em Reuniões	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Comissões	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Outros (INSS Patronal)	164.870,24	não aplicável	não aplicável
Benefícios Pós Emprego	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Benefícios Motivadas Pela Cessão do Exercício do Cargo	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Remuneração baseada em ações	968.871,58	não aplicável	não aplicável
Total	1.866.498,42		

Observações:

- O número de membros de cada órgão foi especificado conforme instruções contidas no Ofício-circular/CVM/SEP.
- O campo Salário Pró-Labore da Diretoria Colegiada foi projetado incluindo a Gratificação Natalina.
- No campo outros (INSS Patronal) corresponde a 22,5%.
- A PLR é referente a 6 honorários e é paga da seguinte forma: 50% à vista e 50% diferidos para 4 anos, pagos em ações.

ANO 2022			
REMUNERAÇÃO FIXA			
Histórico	Diretoria Colegiada	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº Membros	10,00	9,00	5,00
Salário Pró-Labore	5.691.198,24	1.177.714,08	654.285,60
Benefícios Diretos e Indiretos	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Outros (INSS Patronal)	1.280.519,60	264.985,67	147.214,26
Total	6.971.717,84	1.442.699,75	801.499,86

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
Histórico	Diretoria Colegiada	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Bônus	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Participação nos Resultados	643.826,60	não aplicável	não aplicável
Remuneração por Participação em Reuniões	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Comissões	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Outros (INSS Patronal)	144.860,99	não aplicável	não aplicável
Benefícios Pós Emprego	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Benefícios Motivadas Pela Cessão do Exercício do Cargo	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Remuneração baseada em ações	699.322,98	não aplicável	não aplicável
Total	1.488.010,57		

Observações:

- O número de membros de cada órgão foi especificado conforme instruções contidas no Ofício-circular/CVM/SEP
- O campo Salário Pró-Labore da Diretoria Colegiada foi projetado incluindo a Gratificação Natalina.
- No campo outros (INSS Patronal) corresponde a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento).
- A PLR é referente a 6 honorários anuais e é paga sendo 50% (cinquenta por cento) à vista em espécie e 50%

(cinquenta por cento) diferidos para 4 (quatro) anos, pagos por instrumento baseado em ações.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 2020				
	Conselho Administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	não aplicável	8	não aplicável	8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Participação de Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	não aplicável	897.626,84	não aplicável	897.626,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	não aplicável	897.626,84	não aplicável	897.626,84
Valor previsto no plano de remuneração para pagamento em ações	não aplicável	968.871,58	não aplicável	968.871,58
Observações:				
<ul style="list-style-type: none"> - O campo Outros do item 13.2 (INSS Patronal) corresponde a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), cujo valor foi somado ao valor do campo valor efetivamente reconhecido desta tabela. - O valor efetivamente reconhecido corresponde ao valor projetado a ser pago a título de PL aos Administradores do BRB. - O número de membros de cada órgão foi especificado conforme instruções contidas no Ofício-Circular/CVM/SEP. 				

REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 2021				
	Conselho Administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	não aplicável	9	não aplicável	9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Participação de Resultados				
Valor mínimo previsto no	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável

plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	não aplicável	998.064,59	não aplicável	897.626,84
Valor previsto no plano de remuneração para	não aplicável	998.064,59	não aplicável	897.626,84
Observações:				
<ul style="list-style-type: none"> - O campo Outros do item 13.2 (INSS Patronal) corresponde a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), cujo valor foi somado ao valor do campo valor efetivamente reconhecido desta tabela. - O valor efetivamente reconhecido corresponde ao valor projetado a ser pago a título de PL aos Administradores do BRB. - O número de membros de cada órgão foi especificado conforme instruções contidas no Ofício-Circular/CVM/SEP. 				
REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	não aplicável	10	não aplicável	10
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor máximo previsto plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Participação de Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	não aplicável	788.687,59	não aplicável	788.687,59
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	não aplicável	788.687,59	não aplicável	788.687,59
Valor previsto no plano de remuneração para pagamento em ações.	não aplicável	699.322,98	não aplicável	699.322,98
Observações:				
<ul style="list-style-type: none"> - O campo Outros do item 13.2 (INSS Patronal) corresponde a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), cujo valor foi somado ao valor do campo valor efetivamente reconhecido desta tabela. - O valor efetivamente reconhecido corresponde ao valor projetado a ser pago a título de PL aos Administradores do BRB. - O número de membros de cada órgão foi especificado conforme instruções contidas no Ofício-Circular/CVM/SEP. 				

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação do Formulário de Referência, o Banco não possui plano de outorga de opção de compra de ações ou de concessão de ações.

13.5 *Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:*

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável, pois não existe remuneração em ações.

13.6 *Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:*

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados

- d. em relação às opções ainda não exercíveis*
 - i. quantidade*
 - ii. data em que se tornarão exercíveis*
 - iii. prazo máximo para exercício das opções*
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações*
 - v. preço médio ponderado de exercício*
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social*
- e. em relação às opções exercíveis*
 - i. quantidade*
 - ii. prazo máximo para exercício das opções*
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações*
 - iv. preço médio ponderado de exercício*
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social*
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social*

Não aplicável, pois não existe remuneração em ações.

13.7 *Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:*

- a. órgão*
- b. número total de membros*
- c. número de membros remunerados*
- d. em relação às opções exercidas informar:*
 - i. número de ações*
 - ii. preço médio ponderado de exercício*
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas*
- e. em relação às ações entregues informar:*
 - i. número de ações*
 - ii. preço médio ponderado de aquisição*
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas*

Não aplicável, pois não existe remuneração em ações.

13.8 *Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:*

- a. modelo de precificação*
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*

- d. *forma de determinação da volatilidade esperada*
e. *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não aplicável, pois não existe remuneração em ações.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Emissor	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal		Órgãos Técnicos ou Consultivos	
	AÇÕES		AÇÕES		AÇÕES		AÇÕES	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Banco de Brasília S.A. - BRB	19.300	5.010	0	0	220	0	10	0

Data base fev/22

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Colegiada
Nº de membros	não aplicável	2
Nome do plano	não aplicável	Regius Plano 1 – BD-01
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	não aplicável	1
Condições para se aposentar antecipadamente	não aplicável	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	não aplicável	80.916,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	não aplicável	80.916,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	não aplicável	Sim
Justificativa: Os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva não estão vinculados ao plano de previdência financiado pelo BRB. No caso de membros da Diretoria Executiva funcionários de carreira do Banco, é mantida a condição de participante do plano de previdência para empregados, nas mesmas condições dos demais colaboradores.		

	Conselho de Administração	Diretoria Colegiada
Nº de membros	não aplicável	2
Nome do plano	não aplicável	Regius Plano 2 – CD- 02
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	não aplicável	1

Condições para se aposentar antecipadamente	não aplicável	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	não aplicável	41.371,34
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	não aplicável	41.371,34
Possibilidade de resgate antecipado e condições	não aplicável	Sim
<p>Justificativa: Os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva não estão vinculados ao plano de previdência financiado pelo BRB. No caso de membros da Diretoria Executiva funcionários de carreira do Banco, é mantida a condição de participante do plano de previdência para empregados, nas mesmas condições dos demais colaboradores.</p>		

	Conselho de Administração	Diretoria Colegiada
Nº de membros	não aplicável	3
Nome do plano	não aplicável	Regius Pano 3 – CV- 03
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	não aplicável	0
Condições para se aposentar antecipadamente	não aplicável	1
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	não aplicável	52.603,74
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	não aplicável	52.603,74
Possibilidade de resgate antecipado e condições	não aplicável	Sim
<p>Justificativa: Os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva não estão vinculados ao plano de previdência financiado pelo BRB. No caso de membros da Diretoria Executiva funcionários de carreira do Banco, é mantida a condição de participante do plano de previdência para empregados, nas mesmas condições dos demais colaboradores.</p>		

	Conselho de Administração	Diretoria Colegiada
Nº de membros	0	4
Nome do plano	Regius Plano 4 – CD- 05	Regius Plano 4 – CD- 05
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	0	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	9.844,58	92.661,12
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício	9.844,58	92.661,12

social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		
Possibilidade de resgate antecipado e condições	não aplicável	Sim
Justificativa: Os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva estão vinculados ao plano de previdência financiado pelo BRB. No caso de membros da Diretoria Executiva funcionários de carreira do Banco, é mantida a condição de participante do plano de previdência para empregados, nas mesmas condições dos demais colaboradores.		

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

**REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MINIMA E MÉDIA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA COLEGIADA E DO CONSELHO FISCAL**

Histórico	Diretoria Colegiada			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº Membros	7,75	7,42	6,83	9,00	5,58	7,00	4,92	5,00	5,00
Valor da maior Remuneração (Reais)	50.274,99	47.073,60	45.128,56	9.705,31	9.087,30	8.750,71	9.705,31	9.087,30	8.750,71
Valor da menor Remuneração (Reais)	35.305,20	33.846,42	33.846,42	9.087,30	8.750,71	8.750,71	9.087,30	8.750,71	8.750,71
Valor médio da remuneração (Reais)	47.155,16	38.111,91	34.743,40	10.212,95	9.383,68	8.750,71	9.706,11	9.031,20	8.750,71

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há uma política aprovada que determine o pagamento de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Prevalece o pagamento da remuneração variável diferida conforme item 13.1(c) acima, se fizerem jus.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	2019	2020	2021
Conselho de Administração	50,00%	77,78%	44,44%
Diretoria Executiva	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho Fiscal	80,00%	80,00%	80,00%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os honorários percebidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios, foram advindos exclusivamente do exercício de seus respectivos cargos estatutários, inclusive os pagamentos a título de participação nos lucros e resultados, cuja descrição consta do item 13.3.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Exercício Social 2019 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	735.059,64	4.520.444,81	498.790,47	5.754.294,92
Controladores do emissor	-	-	-	-
Sociedade sobre controle comum	-	-	-	-

Exercício Social 2020 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	628.706,23	5.288.855,36	541.872,10	6.459.433,69
Controladores do emissor	-	-	-	-
Sociedade sobre controle comum	-	-	-	-

Exercício Social 2021 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.102.998,56	9.198.846,66	573.048,45	10.874.893,67
Controladores do emissor	-	-	-	-
Sociedade sobre controle comum	-	-	-	-

2. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Fixar a remuneração mensal de cada membro do Conselho Fiscal do BRB - Banco de Brasília S.A., a partir de 01/05/2022, no valor de R\$ 10.653,18 (dez mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos), que corresponde a 24,82% da média da remuneração mensal da Diretoria Colegiada da Empresa, podendo sofrer reajustes de acordo com a variação do valor dos honorários e a composição da referida Diretoria.